

CAP QOPMCE JAIR MATIAS QUEIROZ

**ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA
MILITAR DO CEARÁ: INSTRUMENTO DE APOIO ÀS POLÍTICAS
VOLTADAS À SEGURANÇA PÚBLICA**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Especialista em Planejamento e Controle em Segurança Pública.

Orientador metodológico: Prof. Márcio S.B.S. de Oliveira

Orientador de conteúdo: Maj PM Marcos Aurélio Macedo de Melo – Pós-graduando em Administração Escolar.

**CURITIBA
2005**

Dedico este trabalho a Deus e a minha família.

Agradeço ao Cel Deladier Feitosa Mariz, Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará, a confiança que me foi dispensada.

Agradeço também aos instrutores e oficiais da Polícia Militar do Paraná pela calorosa recepção e os ensinamentos transmitidos.

Há uma estratégia mais ampla com armas intelectuais. Por que deverei desmoralizar o inimigo com meios militares, se posso fazer melhor e mais barato por outros meios?
(HITLER, apud KUCZYNSKI, 2004, p. 62)

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	ix
LISTA DE FIGURA E QUADROS.....	x
RESUMO.....	xi
1 INTRODUÇÃO.....	01
2 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: O PAPEL DO ESTADO E DA POLÍCIA.....	04
2.1 A Violência e Seus Fatores Determinantes.....	04
2.2 A Violência e Seu Preço.....	06
2.3 A Violência e Seu Alvo	07
2.4 As Cores da Violência.....	08
2.5 O Papel do Estado e do Cidadão na Atividade de Segurança.....	08
2.6 O Papel da Polícia na Preservação da Ordem Pública.....	10
3 PLANEJAMENTO: FERRAMENTA DE DECISÃO.....	12
3.1 Entendendo o Planejamento	12
3.2 Planejamento: Guia de Aprendizado	14
3.3 O Planejamento Estratégico Situacional (PES).....	14
3.4 Elementos de Planejamento	16
3.5 Equívocos Comuns Sobre o Conceito e a Prática do Planejamento.....	17
3.6 Características Desejáveis do Processo de Planejamento.....	18
3.7 Palavras Últimas Acerca do Planejamento.....	20
4 SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA: A INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	21
4.1 Atividade de Inteligência no Cenário Brasileiro.....	22
4.2 Atividade de Inteligência nas Polícias Militares.....	23
4.3 A Produção do Conhecimento.....	26
4.4 Documentos de Inteligência.....	28
4.5 A Inteligência Como Instrumento de Preservação da Ordem Pública.....	29
4.6 Policiamento Velado.....	29
4.7 Policial Ostensivo x Policial Velado.....	30
4.8 A Atividade de Inteligência à Luz da Legislação.....	30
5 PERCURSO METODOLÓGICO E RESULTADO DA PESQUISA.....	32
5.1 Objetivo da Pesquisa.....	32

5.2 Método	32
5.3 Natureza da Pesquisa.....	33
5.4 Tipo de Pesquisa.....	33
5.5 Quanto à Utilização dos Resultados.....	34
5.6 Quanto aos Objetivos.....	34
5.7 Área Geográfica de Análise.....	35
5.8 Pesquisa Documental Acerca da Estrutura da Segurança Pública no Estado do Ceará.....	35
5.9 O Serviço de Inteligência da PMCE: A 2ª Seção do Estado-Maior Geral ...	40
5.10 O Cenário do Estudo.....	47
5.11 Resultado das Entrevistas Sobre o Serviço de Inteligência do 2º BPM e suas Atividades.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	51
LEGISLAÇÃO.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
EMG	Estado-Maior Geral
OPM	Organização Policial Militar
P/2	Serviço de inteligência das OPMS
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SIPOM	Sistema de Informações da Polícia Militar
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 1 – Diferença entre Inteligência e Contra Inteligência.....	24
FIGURA 2 – Formação do Processo Decisório.....	26
FIGURA 3 – Estrutura da Segurança Pública no Estado do Ceará 2005.....	35
FIGURA 4 – Organograma do Comando-Geral da PMCE.....	36
FIGURA 5 – Organograma da 2ª EMG – 2005.....	40
FIGURA 6 – Mapa da cidade de Juazeiro do Norte-CE com seus Bairros.....	45
FIGURA 7 – Estátua Pe. Cícero.....	46

LISTAS DE QUADROS

QUADROS

QUADRO 1 – Tipos de Conhecimento.....	27
QUADRO 2 – Diretorias da PMCE e Atribuições.....	37
QUADRO 3 – Seções do EMG e suas Respectivas Atribuições.....	37
QUADRO 4 – Efetivo da 2ª Seção do EMG – 2005.....	42

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar o desenvolvimento da atividade de inteligência no 2º BPM e o uso das informações sensíveis na elaboração do planejamento, com vistas à redução da violência e da criminalidade na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Procura-se, ainda, apresentar conceitos acerca do planejamento e sua importância no contexto das organizações públicas e privadas. Mostram-se a atividade de inteligência e seu longo percurso histórico, cujos conceitos se modificaram no decorrer do tempo, bem como o seu uso na segurança pública sem o viés político que marcava essa atividade no Brasil. Para tanto, usou-se uma pesquisa qualitativa cujo instrumento de coleta de dados foi a entrevista realizada com o efetivo que compunha o P/2 do 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM) e a análise documental existente na Polícia Militar do Ceará (PMCE) acerca do assunto objeto do estudo. Apesar da dificuldade em encontrar literatura, pois se trata de assunto reservado, foram consultadas obras de autores que serviram para embasar o referencial teórico do trabalho. Os resultados obtidos apontam para um bom exercício de atividades de inteligência voltada à segurança pública, em apoio ao planejamento e às decisões do comandante daquele batalhão. Por fim, apresentam-se sugestões para a melhoria do funcionamento da seção de inteligência daquele 2º BPM. **Palavras-Chaves:** Inteligência. Planejamento. Processo decisório. Violência, Segurança Pública.

1 INTRODUÇÃO

A Doutrina de Inteligência é um conjunto de princípios, conceitos, normas, métodos, processos e valores que orientam e disciplinam a atividade de informações. Esta atividade, em sua forma mais simples, é quase que uma resultante do instinto de preservação. Neste aspecto, é tão antiga quanto à própria humanidade, como se mostra a seguir.

Na antiguidade, as informações já eram utilizadas como ferramenta para se conhecer o ambiente em que se estava inserido, de maneira que fosse possível desenvolver táticas para alcançar os objetivos propostos. De acordo com SUN TZU (1996, p.84) “Cem libras de prata gastas em informações economizam diariamente milhares de libras, além de evitar comoções externas e internas, a exaustão dos exércitos e distúrbios das atividades de centenas de milhares de famílias”.

Na idade média, as informações foram utilizadas em grande escala no campo militar, muito mais defensivamente que na antiguidade. São Tomás de Aquino, autor do “Tomismo, a filosofia do bom senso”, determina a posição ideal para o homem de informações ao afirmar que a reunião de dados, de informes ou informações, deverá proporcionar a tomada de decisão, expressão da vontade pela razão prática.

No renascimento, ressurgiram as informações em seu aspecto ofensivo. Naquela época criou-se o hábito da troca de embaixadores entre os principais Estados da Europa, pois se achava vantajoso possuir um fluxo de informações sobre seus inimigos em potencial.

Já na Idade Moderna, as informações aparecem organizadas em departamentos, e estes vêm se tornando cada vez mais complexos à medida que a técnica e a ciência fazem evoluir, na forma e na essência, as relações entre a sociedade.

Nos dias atuais, também se tem falado sobre o planejamento nas organizações, no entanto é preciso compreender que, sem o conhecimento do ambiente em que se está inserido, as decisões tendem a ser precipitadas e as ações, incompletas (OLIVEIRA, 1998, p.28).

CHIAVENATO (1993, p.28) afirma que a análise do ambiente “é o processo de monitoração do ambiente organizacional para identificar os riscos e

oportunidades, que possam influenciar a capacidade da organização alcançar seus objetivos”. Esta análise gera informações que contribuem para a elaboração do planejamento tático e resultados positivos para a corporação.

No âmbito policial militar, há a necessidade de que as decisões tomadas pelo comandante de organização policial militar (OPM) devem ser embasadas em informações que lhe permitam alcançar resultados positivos com sua tomada de decisão. Uma das formas de se obterem estas informações é através da atividade de inteligência policial.

Segundo PRESTES (1983), o valor das informações cresce cada vez mais, visto que o homem passou a dispor de melhores meios de comunicação, como também porque passou a ter necessidade de aumentar seu conhecimento cada vez mais.

GALVÃO (1994), por sua vez, afirma que as informações influíram decisivamente no último conflito mundial e, certamente, contribuíram muito para os resultados obtidos, afinal as informações constituem verdadeira arma, se não for a principal entre todas. Sem informação, quase nada é possível fazer.

Assim, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais surge como uma rica oportunidade de estudarmos, cientificamente, a relação existente entre a atividade de inteligência desenvolvida no 2º BPM e a redução da criminalidade e da violência na cidade de Juazeiro do Norte-CE, pois, como ensina MORTEAN (1994, p.53):

Para que as ações de Polícia Ostensiva sejam eficientes e eficazes, com racionalidade técnica e baseada no emprego lógico de recursos e meios, é necessário dispor de informações, buscando antecipar o fator de risco, bem como prover a prevenção de delitos, acredita-se que a análise ambiental pode contribuir para que a Atividade de Inteligência sirva de subsídio para o planejamento tático da Corporação.

O interesse do autor pelo tema decorre de este ser um oficial da PMCE classificado no 2º Batalhão Policial Militar, cuja sede se situa na cidade de Juazeiro do Norte, onde desempenhou a função de P/2 da OPM. Portanto, o ensejo para o aprofundamento de conhecimentos na atividade de inteligência policial militar e, conseqüentemente, com benefícios futuros para a Instituição PMCE e para a comunidade.

Dentro deste contexto, esta monografia tem por objetivo analisar o desenvolvimento da atividade de inteligência no 2º BPM e o uso das informações

sensíveis na elaboração do planejamento com vistas à redução da violência e da criminalidade na cidade de Juazeiro do Norte-CE.

A metodologia, na visão de DEMO (1992, p.12) "...constitui o instrumento básico para atingir os objetivos preestabelecidos pelo pesquisador". Com base nesse ensinamento, a pesquisa será de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica, de campo, documental e levantamento.

Quanto à utilização dos resultados, é pura e aplicada. Quanto aos objetivos, é descritiva e exploratória. Também se utiliza o estudo de caso, como se detalha no capítulo deste trabalho monográfico referente à metodologia utilizada para o alcance dos objetivos.

Esta monografia se divide em cinco capítulos. Primeiramente a introdução referente ao assunto que será explanado nesse estudo monográfico. No segundo, aborda-se a questão da violência e da criminalidade, ocasião em que se enfatiza o aumento desse grave problema que aflige a todos nós, bem como, apresenta-se o papel do Estado e da polícia militar na segurança pública. No terceiro, trata-se do planejamento e sua importância na operacionalização de ações e no alcance dos objetivos institucionais. No quarto, aborda-se a atividade de inteligência, sua origem e evolução e uso pelas forças policiais militares como instrumento da tomada de decisão do comandante de OPM. E no quinto e último, mostra-se a metodologia utilizada e o resultado da pesquisa de campo.

2 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: O PAPEL DO ESTADO E DA POLÍCIA

Neste capítulo, serão abordados tópicos referentes à violência e sua conceituação, o preço que se paga pela violência, seus tipos e ambientes em que opera. Mostra-se, ainda, o papel do Estado e da polícia na sociedade contemporânea como organismos responsáveis pela preservação da ordem pública.

2.1 A VIOLÊNCIA E SEUS FATORES DETERMINANTES

A definição de violência varia de autor para autor. MÓDULO (2000, p. 23), ensina que violência “é o uso abusivo da força, em negação da lei, do direito e da soberania da pessoa.” Para o autor, ela é cotidiana e universal e se manifesta em qualquer relação de indivíduos.

O fato é que a violência e o medo não podem ser mais compreendidos como elementos não integrantes da nossa cultura, até porque, em sendo ambos um produto eminentemente social, com tantas informações divulgadas rotineiramente a seu respeito e até em horários inoportunos, o fenômeno passa a ser internalizado gradualmente e aos poucos leva à reprodução inconsciente do mesmo.

Nessa visão, PEREIRA (2000), acredita que é na cultura e no modelo econômico vigente que se funda a explicação para a violência e o medo na sociedade brasileira, através da promoção de atos violentos, como concentração da renda, encolhimento do mercado de trabalho, redução das oportunidades de vida, estreitamento do acesso aos direitos sociais, desrespeito ao cidadão, falta de perspectiva aos jovens, enfim, insegurança no presente e descrença no futuro.

De fato, com o advento das indústrias e do abolicionismo, o homem foi afastado do campo e criou-se o problema do urbanismo. O discurso do Presidente Getúlio Vargas, em 1933, citado por IBIAPINA (1981, p. 39), exprime com mais realidade o êxodo rural e suas conseqüências, senão vejamos:

Agravando semelhante desorganização, verificou-se o êxodo dos habitantes do interior, atraídos pelas ilusórias facilidades de trabalho abundante e bem recompensado, para os centros urbanos de vida intensa. O proletariado das cidades aumentou desproporcionalmente, originando o pauperismo e todos os males decorrentes do excesso de atividade sem ocupações fixas.

Nesse cenário, não é difícil perceber, até porque somos bombardeados, não só pelas imagens televisivas da mídia, como pelas imagens do real, que a indústria não está mais absorvendo a mão-de-obra que se encontra a sua disposição e a preços irrisórios. Nasce o desemprego trazendo seus filhos menores: a fome e a violência.

CANAU, LUCINDA e NASCIMENTO (2001) mostram que uma das vertentes mais discutidas no tema violência é a sua relação com a desigualdade social, contudo alerta para o fato de a pobreza não ser o único fator a explicar a violência. Citando ADORNO (1994), explicam que a violência brasileira é, também, uma questão que envolve a cultura política e relações do poder, entendendo-se que a violência é a expressão da impotência, uma vez que começa quando se perde a capacidade de agir em conjunto. É inegável que a incapacidade do Estado de amenizar o problema mantém a estrutura hierárquica que permeia todo o tecido social brasileiro.

Tratar sobre as causas da violência é abrir um leque de reflexões em que cada autor se manifesta ora ratificando o que outro já tenha dito, ora se inclinando para outro ponto de vista, tornando-se um assunto polêmico e complexo. O ponto comum entre os autores é o fato de considerarem a violência como produto social e consequência dos aspectos culturais ligados à subjetividade humana. Essas abordagens se complementam e explicam o fenômeno da violência sob diversas óticas como se vê adiante.

CHESNAIS (1995) *apud* MÓDULO (2000, p. 24-25), elenca seis fatores responsáveis pela violência, quais sejam:

- 1) fatores socioeconômicos; pobreza; agravamento das desigualdades, herança da hiperinflação;
- 2) fatores institucionais: influência do estado, crise do modelo familiar, recuo do poder da igreja;
- 3) fatores culturais: problemas de integração racial e desordem moral;
- 4) demografia urbana; as gerações provenientes do período da explosão da taxa de natalidade no Brasil, chegando à idade adulta e surgimento de metrópoles, duas das quais, megacidades (São Paulo e Rio de Janeiro), ambas com população superior a dez milhões de habitantes;

- 5) a mídia, com seu poder, que colabora para a apologia da violência; e
 6) a globalização mundial, com a contestação da noção de fronteiras e o crime organizado (narcotráfico, posse e uso de armas de fogo, guerra entre gangues).

O sistema prisional também tem sido observado por estudiosos, que o apontam como ineficiente, gerando-se discussões em todo o país sobre esse sistema. Crê-se que a impunidade, a legislação fraca e os benefícios concedidos aos presos são fatores que alimentam o fenômeno da violência.

Esse sintético referencial teórico revela que há um consenso de que os fatores causadores da violência estão na dimensão social, no descaso do governo para com políticas públicas que visem à qualidade de vida do cidadão. Apenas uma pequena parcela reside nas causas endógenas ao próprio indivíduo e que são tratadas em tomos de criminologia.

2.2 A VIOLÊNCIA E SEU PREÇO

Segundo documento do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, n. 22, São Paulo, 1999, citado por PESSOA, OLIVEIRA e MOURA (2001) a violência tem sido estimada em 8,5% do PIB. Dizendo melhor, o custo da violência é estimado em US\$ 8,5 a 10,5 bilhões, incluindo-se os gastos com a Polícia (US\$ 2 bilhões), com o Judiciário e prisões (US\$ 1 bilhão) mais as perdas em vidas humanas, feridos, perdas materiais e custos de serviços particulares de segurança. Esse cálculo foi efetivado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que partiu do PIB da Grande São Paulo, de US\$ 103 bilhões.

Aliado a isso, tem-se que comutar o faturamento das empresas de segurança, que ultrapassa R\$ 5 bilhões, os gastos dos bancos que giram em torno de R\$ 1,5 bilhão, e dos transportadores de carga que gastam R\$ 2 a 3 bilhões, tudo em segurança.

BUENO (1998) apud PESSOA, OLIVEIRA e MOURA (2001, p. 48), fez um levantamento acerca dos custos da violência, o qual se pode resumir da forma a seguir:

- Segundo o BIRD, na América Latina, o prejuízo é de US\$ 168 bilhões (no Brasil US\$ 84 bilhões).

- SUS - R\$ 235 milhões/ano são gastos com internações de vítimas de violência (segundo o DNER um US\$ 1 bilhão com mortes no trânsito);
- As empresas seguradoras têm aumentado consideravelmente o preço da apólice de seguro nos últimos anos para compensar as perdas da ordem de 28,8 bilhões de dólares/ano;
- A deterioração das condições de trabalho, em virtude do crime e da violência, representam uma perda de 27,2 bilhões/ano;
- Há ainda 12,8 bilhões/ano com movimentações fraudulentas;
- O Brasil perde US\$ 20 bilhões com turismo pela insegurança transmitida.

2.3 A VIOLÊNCIA E SEU ALVO

A violência atinge a todos, indistintamente, porém não atinge a todos de forma igual, uma vez que os espaços da cidade são repartidos de forma que os ricos ficam nas áreas consideradas nobres, enquanto os pobres são, irremediavelmente, impelidos a morarem nos subúrbios. Os miseráveis permeiam ambos os ambientes nas chamadas favelas, onde impera o estereótipo de que lá é local de marginais.

Como o ambiente afeta a maneira de ser, pensar, falar e agir de cada indivíduo, mesmo que de forma inconsciente, os pobres (dizem: pobre, preto e prostituta) são logo reconhecidos quando num ambiente social diferente, portanto, sujeitos à ação policial, pois são um perigo em potencial, “a cidade está ‘contaminada’ pela pobreza que nem se oculta e nem pode ser ocultada.” (LESER, 1988 apud PEREIRA, 2000, p.55)

O resultado não poderia ser outro: duas realidades díspares, em que uma é caracterizada pela abundância e aquisição, e a outra pela miséria e desejo, fomentando tensão e conflitos, em que alguns, não resistindo às rédeas sociais que mantêm a ordem e o clima de relativa tranquilidade na vida em sociedade, rompem-nas e marginalizam-se.

2.4 AS CORES DA VIOLÊNCIA

Quando se fala de violência é necessário saber de que violência nós estamos falando. MINAYO (2004) *apud* SILVA (2004) distingue três tipos de violência, quais sejam: a estrutural, a sistêmica e a doméstica.

A violência estrutural é aquela que se expressa na perversa desigualdade social, manifestando-se pelo “quadro de miséria, má distribuição de renda, exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas, falta de condições mínimas para a vida digna, falta de assistência em educação e saúde.” Nessa perspectiva, ela se caracteriza pela atuação das classes, “que se utilizam leis e instituições para manter sua situação privilegiada, como se isso fosse um direito natural” (SILVA, 2004, p. 18).

A outra dimensão da violência diz respeito à prática do autoritarismo, o qual, apesar das garantias democráticas esculpidas na Carta Magna de 1988, continua em vigência velada ou explícita, e que se manifesta através da tortura, dos maus-tratos aos presos e das ações dos grupos de extermínio. É o que se chama de violência sistêmica.

A terceira forma de manifestação da violência é aquela exercida pelos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, e se expressa de forma física (bater, beliscar, empurrar, chutar), psicológica (xingar, humilhar, agredir com palavras), sexual, pela negligência e pelo abandono.

2.5 O PAPEL DO ESTADO E DO CIDADÃO NA ATIVIDADE DE SEGURANÇA

Conforme Max WEBER (1996) *apud* PESSOA, OLIVEIRA e MOURA (2004, p. 35) “O Estado é uma instituição política compulsória que detém o monopólio do uso legítimo da violência num determinado território”.

Os autores acima, citando FOUCAULT (1996), orientam que a esfera de atuação de polícia envolvia várias atribuições, como: educação, saúde, assistência a trabalhadores, controle da produção e circulação de bens, etc., todas retiradas a partir da segunda metade do séc. XVIII, quando se deu a Revolução Industrial, aumentando a complexidade no decorrer da evolução e desenvolvimento do Estado.

Esse cenário impôs uma necessidade premente: a especialização, ou seja, conhecimentos mais específicos, e o Estado filigranou-se administrativamente, dividindo-se em vários compartimentos de gerenciamento do governo, pulverizando-se as atribuições da polícia, cuja missão passou a ser mais específica: proteção e segurança dos cidadãos (GOULART, 1997).

Para oferecer essa proteção e segurança, o Estado lança mão dos organismos policiais militares. O problema é que a violência tem crescido, e a imprensa tem lançado sobre os ombros do Estado a culpa por esse recrudescimento, via de regra achando que a falta de efetivo e material das PMs tem sido a causa mor dessa situação.

Para McNamara, ex-Secretário de Defesa norte americano, em 1967, citado por Roberto Martins no livro *Segurança Nacional*, procura mostrar como se tornou errônea a visão de basear a segurança simplesmente nos aspectos militares ou dependente principalmente da quantidade de material bélico possuída e que o problema militar específico é apenas limitada faceta do problema de maior amplitude, a segurança (VALE, 1997 apud PESSOA, OLIVEIRA E MOURA).

Nesse escopo, nossa Carta Magna trata a segurança como um direito individual e coletivo (art. 5º), bem como um direito social (art. 6º). No *caput* do art. 144, a segurança pública é tratada como **dever do Estado**, mas também como **direito e responsabilidade de todos**.

Vê-se, portanto, que a lei e a ordem devem ser mantidas pelo Estado, mas não isoladamente. O que o braço armado do Estado pode é auxiliar a manter a ordem e a lei já existente na sociedade, resultantes da cooperação por parte dessa comunidade. Sempre que se fala em segurança, não há como evitar o encontro das duas grandes instituições sociais: o Estado e a Sociedade.

Em termos de segurança pública, esse repensar de papéis torna-se uma questão fundamental. Se o povo solicita democracia, é claro que ele não está interessado em esperar do Estado uma proteção ampla e irrestrita, como querem deixar transparecer alguns apresentadores de programas policiais, os quais usam a desinformação para atingir o Governo ou para fazerem propagandas de empresas de segurança privada. Sem essa consciência (parceria) não será possível atingir a ordem e o progresso.

O que temos que pensar é o que compete à população fazer no âmbito da segurança, a fim de não ficar exposta aos marginais. A experiência com os Conselhos Comunitários de Defesa Social parece ser um bom exercício democrático no campo da segurança pública.

A vida coletiva é um pacto de compromisso mútuo. Se compreendermos esse fato, decerto aprenderemos o significado da responsabilidade social que temos uns para com os outros. Precisamos compreender que o Estado é uma máquina e que nós somos peças integrantes dessa máquina. Portanto, seu perfeito funcionamento se dá na medida em que damos nossa parcela de contribuição. Somos cúmplices do sucesso ou do fracasso dessa imensa família social.

2.6 O PAPEL DA POLÍCIA NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Para uma compreensão do papel da Polícia na segurança do cidadão, é necessário que se esclareçam termos como ordem pública e segurança pública.

O MBPO (Manual Básico de Policiamento Ostensivo) conceitua Ordem Pública como:

Conjunto de regras formais, coativas, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais em todos os níveis e estabelecer um clima de convivência harmoniosa e pacífica. Constituinte, assim, uma situação ou condição que conduz ao bem comum.

Por sua vez, segurança pública tem recebido vários conceitos e definições, sendo bem apropriado citarmos o ensinado no Manual Básico de Policiamento Ostensivo, editado pela IGPM: “É a garantia que o Estado – União, Unidades Federativas e Municipais, proporciona à nação, a fim de assegurar a Ordem Pública, contra violações de toda espécie, que não contenham conotação ideológica”.

Feitas estas considerações, cumpre-nos, inicialmente, esclarecer que o verdadeiro objeto da polícia é o homem, e, nessa concepção filosófica, ele é o ponto de partida e de chegada. É nessa visão que se entende a polícia como um organismo responsável pela segurança pública (inteligência do texto constitucional), até porque a Carta Magna explicitou, de modo claro e insofismável, a natureza da ação policial, como é bem exposto por DIAS (1989) apud BARACHO (1993, p. 71), ao afirmar que:

nós não somos apenas uma organização cuja finalidade é policiar as ruas, evitar a prática de crimes e prender bandidos; nós somos isso, e somos uma excelente polícia nesse sentido, mas somos muito mais. [...] Nós nos definimos não apenas como uma organização de força, mas também como uma agência pública de proteção e socorro à comunidade.[...] Nós existimos para proteger e socorrer a nossa comunidade em todos os seus aspectos.

O fato é que o organismo deve procurar realizar um trabalho que procure transformar a ação policial em uma organização “de resposta”. Este é o passo primeiro para a criação de uma organização proativa. A visão “reativa” está condenada a uma permanente reação entre os fatos. Nesse escopo, a insatisfação pública tem como respostas a promessa de criação de novas unidades, aumento de efetivos, criação de novos serviços, enfim, tais respostas, apesar de producentes, apenas superam as crises naquele momento.

Ao que tudo indica, a sociedade civil, no decorrer do 3º milênio deverá retomar como sua a questão da segurança. Dia após dia, vemos a segurança privada ganhando espaço através de guardas de valores, guarda escolar, vigilância etc. Para SILVA (1994, p. 32), “a segurança privada pode dar grande contribuição à causa da segurança em geral. Daí conclui-se ser salutar o esforço de regulamentá-la”.

Não se prega que o Estado deva abrir mão desse mister, afinal ele é o titular do dever de garantir a segurança do indivíduo na comunidade, para que este possa desempenhar com tranqüilidade seu papel social. Portanto, cabe ao Estado instituir e aplicar uma política de segurança pública, não devendo delegá-la a particular.

A ação de polícia ou de fazer polícia, interagente e sinérgica entre si e com os demais papéis sociais, converge para a tranqüilidade pública. Uma polícia eficiente e eficaz é traduzida perante a sociedade através dos seus métodos de fazer polícia (transparentes, legais, morais e éticos) e pelos resultados que alcança. É a materialização objetiva da segurança pública diante da comunidade, de forma palpável e concreta. Isso se faz refletir no lado subjetivo da ação polícia, também definido pela sensação de segurança que o cidadão sente, pois tem a convicção de que a polícia existe e o protege, por meio de uma ação vigorosa e profissional.

3 PLANEJAMENTO: FERRAMENTA DE DECISÃO

O planejamento, no processo administrativo, permite a fixação dos objetivos e a evolução de uma organização. Existem diversas fontes e muitas divergências quanto a terminologias, concepções e conceituações a respeito de planejamento. No início se pensava em Planejamento, Planos, Programação, e, em seguida, outros termos surgiram, como: Estratégia, Planejamento Estratégico, Administração Estratégica, Planejamento como Guia de Aprendizado, Planejamento Estratégico Participativo. Muitos conceitos foram aprimorados ou até mesmo excluídos por determinados autores, dando lugar a outras formas, consideradas mais eficientes. Assim sendo, neste capítulo, trataremos da questão do planejamento e apresentaremos o conceito e as diversas propostas de planejamento com ênfase no processo de planejamento participativo, seus elementos e formulação de estratégias.

3.1 ENTENDENDO O PLANEJAMENTO

Embora a visão e a conceituação de planejamento não tenham sido consideradas com maior atenção e rigor científico, o planejamento já existia na antiguidade em termos práticos, basta que se vejam as grandes construções e inventos da época. A evolução permitiu o rigor científico, e o planejamento passou a fazer parte do dia-a-dia das organizações públicas e privadas.

Desde que foi introduzido, até nossos dias, o planejamento tem tomado diversas formas. Essas modificações foram surgindo na medida em que críticas eram feitas aos velhos conceitos. Dessa forma, levando em consideração que os ambientes externo e interno das organizações se alteram com o passar dos tempos, faz-se necessário uma reavaliação constante dos paradigmas que sustentam sua conduta.

Hoje, fala-se do planejamento em três dimensões: o estratégico, o tático e o operacional. Na visão de DRUCKER (1977) *apud* GENEROSO (2005, p.02), o planejamento estratégico “é um processo contínuo, sistemático, organizado e capaz de prever o futuro, de maneira a tomar decisões que minimizem riscos”.

OLIVEIRA (1993), por sua vez, ensina que o planejamento tático é desenvolvido a partir dos níveis organizacionais inferiores, com a finalidade de utilizar, eficientemente, os recursos disponíveis para o atendimento dos objetivos propostos. "O Planejamento Tático tem por objetivo otimizar determinada área de resultado e não a empresa como um todo" (OLIVEIRA, 1993: 38).

O autor acima também explica que o planejamento operacional corresponde a um conjunto de partes do planejamento tático. Cada um dos planejamentos operacionais, segundo Oliveira (1993: 39), deve conter com detalhes:

- Os recursos necessários para o seu desenvolvimento e implantação;
- Os procedimentos básicos a serem adotados;
- Os produtos ou resultados finais esperados;
- Os prazos estabelecidos e;
- Os responsáveis pela sua execução e implantação.

TONI (2004), por sua vez, tentando diferenciar planejamento estratégico, planejamento tático e planejamento operacional, ensina que a diferença principal que existe entre os três é o fator tempo. O estratégico ocupa-se das grandes questões e requer visão de futuro, pois cuida do que se deseja que aconteça nos próximos anos. O tático interpreta as decisões estratégicas e traça planos concretos a serem aplicados nos próximos meses, ou um ano, no máximo. O operacional desdobra a tática em ações do cotidiano.

O processo de planejamento, portanto, diz respeito a um conjunto de princípios teóricos, procedimentos metodológicos e técnicas de grupo que podem ser aplicados a qualquer tipo de organização social que demanda um objetivo, que persegue uma mudança situacional futura. O planejamento não trata apenas das decisões sobre o futuro, mas questiona principalmente qual é o futuro de nossas decisões.

A partir dessa idéia, ao redefinir o trabalho do planejador, as empresas devem reconhecer melhor a diferença entre o planejar convencional e o pensamento estratégico (aquele que envolve criatividade e intuição), trabalhando seus objetivos de forma que eles girem não em torno de apresentar as perguntas certas, mas de buscar as respostas certas.

3.2 PLANEJAMENTO: GUIA DE APRENDIZADO

De acordo com STARKEY (1997) *apud* GRACIOSO (2005, p. 5), "o aprendizado está associado à capacidade de transformação contínua, baseado no desenvolvimento individual e organizacional (...) o aprendizado individual gera o aprendizado organizacional".

As características básicas do planejamento como guia de aprendizado, segundo aquele autor são: aprendizado contínuo, mudança organizacional, questionamento da visão hierárquica do modelo do líder poderoso e carismático, autodesenvolvimento, organização em contínua transformação.

O aprendizado institucional efetivo, contínuo, de alto nível e decorrente da mudança na corporação é pré-requisito para o sucesso da corporação. O processo de aprendizado faz com que as pessoas mudem seus próprios modelos mentais e construam um modelo comum enquanto conversam.

Embora esse tipo de planejamento desperte em muitas pessoas o falso enfoque de administração liberal, o processo se propõe basicamente na difusão das sugestões e na análise de relevância e conjugação dos esforços. O sucesso deste tipo de planejamento está associado ao sistema de acompanhamento, no qual a administração pode avaliar o que se realiza em relação ao que se havia planejado.

3.3 O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL (PES)

Independentemente do estágio de desenvolvimento de uma organização, as empresas passam a empregar, para resolver os seus problemas técnico-econômicos, o planejamento estratégico, que compreende a "análise racional das oportunidades oferecidas pelo meio, dos pontos fortes e fracos das empresas e da escolha de um modo de compatibilizar a estratégica entre dois extremos, para que se possa satisfazer do melhor modo possível os objetivos da empresa". (ANSOFF; DECLERK; HAYES, 1987, p. 15)

TONI (2004) ensina que o PES é um método que pressupõe constante adaptação a cada situação concreta onde é aplicado. Entretanto, os principais momentos tendem a utilizar instrumentos metodológicos parecidos. Em síntese, são

trabalhados nesta ordem: momento explicativo, momento operacional e momento estratégico, momento tático-operacional.

a) Momento Explicativo (substitui o antigo “diagnóstico”): análise do ator que planeja (limites e potencialidades, ambiente interno e externo), identificação e seleção de problemas estratégicos, montar os fluxos de explicação dos problemas com as cadeias causais respectivas, seleção das causas fundamentais – chamadas de nós críticos como centros práticos de ação, construção da árvore de resultados a partir de uma situação-objetivo definida pelo grupo.

b) Momento Operacional: desenhar ações ou projetos concretos sobre cada nó crítico – as chamadas operações do plano, definir para cada operação necessária os recursos necessários, os produtos esperados e os resultados previstos, construir cenários possíveis onde o plano será executado, analisar a trajetória do conjunto das operações em cada cenários e – a partir disto – tentar diminuir a vulnerabilidade do plano.

c) Momento Estratégico: analisar os atores sociais envolvidos no plano, seus interesses, motivações e poder em cada uma das Operações previstas e cenários imaginados, definir a melhor estratégia possível para cada trajetória traçada, estabelecer um programa direcional para o plano, construir viabilidade estratégica para atingir a situação-objetivo.

d) Momento Tático-Operacional (sistema de gestão) - debate sobre as formas organizativas, a cultura organizacional e o *modus operandi* da organização de modo a garantir a execução do plano. Neste momento, devem ser encaminhados os seguintes temas: funcionamento da agenda da direção, sistema de prestação de contas, participação dos envolvidos, gerenciamento do cotidiano, sala de situações e análise sistemática da conjuntura.

O método do planejamento estratégico e situacional é antes de tudo um potente enfoque metodológico, com alguns princípios e visões filosóficas sobre a produção social, a liberdade humana e o papel dos governos, governante e governados. A análise de problemas, a identificação de cenários, a visualização de outros atores sociais, a ênfase na análise estratégica são elementos fundamentais e diferenciadores do PES em relação a outros métodos de planejamento.

O método tem particular validade e excepcionalidade de resultados, no setor público onde a presença de problemas verdadeiramente complexos e mal-estruturados compõem o cenário dominante. Além disso, o PES, ao contrário de

outros métodos ditos "estratégicos", assume como dominante na análise estratégica as questões relativas às relações de poder entre atores sociais, isto é, a variável política preside a elaboração da viabilidade e vulnerabilidade do plano. Esta é uma vantagem metodológica vital para uso em organizações públicas onde estas questões fazem parte indissociável da produção de políticas públicas e do relacionamento entre *staff* político-dirigente e quadro de funcionários permanentes.

3.4 ELEMENTOS DE PLANEJAMENTO

Como elementos de planejamento, TONI (2005) destaca o Negócio, Missão e a Visão, que, por sua vez, têm a finalidade de proporcionar à empresa a noção de direção, propósito e imagem da posição futura que a empresa pretende alcançar.

O Negócio de uma organização é a orientação específica de sua atividade empresarial, aquilo que ela explora para atender a necessidade do cliente. Para Cunha (1998) *apud* TONI (2005, p. 2), o negócio "define os setores onde a organização atua ou pretende atuar". A definição do negócio é necessária para que todos os integrantes da empresa tenham visão e compreensão comum, da direção dos esforços e dos investimentos.

O autor acima explica que a Missão da empresa relaciona o negócio com a possibilidade de satisfazer alguma necessidade do meio ambiente da empresa além de orientar e delimitar a ação da empresa, definindo o que ela se propõe a fazer. Exprime a razão de sua existência.

Visão de futuro é a imagem de um estado futuro desejado pela organização e que implica a máxima satisfação dos clientes. BORNHOLDT (1997) *apud* TONI (2005) salienta que, em geral, a visão corresponde à maior expectativa da empresa e está em muito dos sonhos dos empreendedores, mas adverte que a visão deve ser um sonho realista.

A análise do ambiente externo possibilita à organização identificar as ameaças e as oportunidades que mais a influenciam neste ambiente durante sua trajetória, bem como a transformação pela qual passaram em benefício da empresa. O mesmo ocorre com o ambiente interno, só que, nesse caso, a empresa deve identificar seus pontos fracos, neutros e fortes com o intuito de melhorar as condições internas.

Para FORTES (2000) a ação de planejar pressupõe seis pontos básicos:

a) Objetividade - origina todas as outras tarefas, sendo a primeira análise daquilo que se quer, de acordo com os objetivos gerais da empresa;

b) Exeqüibilidade - possibilidade de se fazer, conjugando o bom senso auxiliado pela informação, envolvendo a pesquisa e as discussões com os grupos;

c) precisão - o somatório dos resultados anteriores fornece os parâmetros dos resultados concretos do planejamento, medindo o produto final;

d) Unidade - é o fator determinante entre os componentes do planejamento, que faz com que suas etapas se identifiquem com as características do próprio planejamento, quando as suas várias atividades devem estar voltadas para a unidade, mantendo o equilíbrio; flexibilidade: permite à equipe de planejamento movimentar-se em diversas áreas e, sendo flexível, é adaptável para se lidar com fatores não padronizados;

e) Síntese e especificidade - resultado final do que foi realizado, demonstrando as soluções ou medidas recomendadas.

3.5 EQUÍVOCOS COMUNS SOBRE O CONCEITO E A PRÁTICA DO PLANEJAMENTO

Um planejamento mal elaborado ou mal executado gera descrédito institucional, favorecendo o aparecimento de críticas contundentes, como abaixo passaremos a citar:

a) Planejar é uma coisa, fazer é outra - frase utilizada com freqüência para tentar minimizar ou ridicularizar o esforço de planejamento na organização de sistemas. Esta visão surge normalmente em contextos institucionais que tem precário ou nenhum planejamento, opõe processos supostamente antagônicos mas que, na verdade, são parte de um único momento, é na ação concreta que o plano se decide e prova sua importância.

b) O planejamento engessa a organização - ao invés da decisão meramente intuitiva e lotérica, da administração do dia-a-dia, estabelecem-se critérios, metas, objetivos, diretrizes de longo prazo, enfim, o planejamento é um exercício sistemático de antecipação do futuro e é intensivo em gestão.

A crítica ao Planejamento como uma “camisa-de-força” normalmente surge das organizações que perdem a base clientelística ou corporativa quando sistemas de planejamento participativo são implantados. Uma organização que pensa e planeja estrategicamente cria condições para o surgimento da liderança baseada na democracia interna e na delegação de autoridade.

c) O Planejamento é um rito formal, falado em código e desprovido de substância - este preconceito está muito associado com o próprio elitismo intelectual que o planejamento tradicional e seus defensores construíram ao longo de décadas venerando modelos abstratos e inúteis. Neste caso será sempre verdade o ditado que diz ser o imprevisto sempre preferível ao planejamento malfeito, isto é, burocrático, formalista.

d) O planejamento é obra de pura técnica, deve ser neutro - é evidente que os planejadores devem ter conhecimento técnico mínimo sobre o que planejam. Tais conhecimentos podem ser apreendidos de forma padrão e uniforme, estão acumulados historicamente nos mais diversos setores do conhecimento humano.

No setor público especialmente, seria um suicídio “planejado” fazer planos sem incluir as variáveis de poder e da política na sua concepção e execução. Não existe planejamento neutro, pelo simples fato de que planejar é priorizar e resolver problemas, e isto pressupõe uma determinada visão-de-mundo, concepção de Estado, de organização social e assim por diante. Planejar estrategicamente, implica, necessariamente, em manipular variáveis políticas, em situações de poder compartilhado, quando os “outros” também planejam e formulam estratégias. O planejamento que se diz meramente técnico na verdade resulta em simples adivinhação e charlatanismo intelectual.

3.6 CARACTERÍSTICAS DESEJÁVEIS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Atualmente, considerando a importância do planejamento dentro das organizações, torna-se necessária a apresentação, a descrição e a análise das características desejáveis no processo de planejamento. Dentre essas características GRACIOSO (2005) destaca a rapidez, a simplicidade, o comprometimento, a intuição, a criatividade e a promoção de mudanças.

a) Rapidez e antecipação - no sentido de ser realizado rapidamente, é importante que o processo de planejamento produza resultados de forma rápida e eficaz.

Enquanto o indivíduo se encontra em seu estado passivo, sem se relacionar com novas informações, responsabilidades, contextos e paradigmas, sua taxa de aprendizado será baixa e se manterá assim até que seja articulada alguma mudança em seu estado.

A partir do momento em que ele se depara com novas informações, a sua taxa de aprendizado começa a aumentar. O desafio, portanto, estimula o aprendizado rápido e faz com que indivíduos e grupos demandem competência, reflexão e transformação.

b) Simplicidade - as organizações encontram dificuldades em compreender tanto os diversos grupos existentes, quanto os próprios indivíduos. Assim, faz-se necessário o uso de modelos que consigam entender e interpretar tais comportamentos de uma forma mais simples.

c) Comprometimento - para que as empresas progridam é preciso mais do que um planejamento estratégico bem delineado. É necessário que haja comprometimento por parte de todos os membros da organização. Para que isso ocorra, é preciso ter empregados que se preocupem e que tenham um vínculo emocional forte com a organização.

d) Intuição e criatividade - para SENGE (1990) apud GRACIOSO (2005), a racionalidade excessiva e sozinha não tem alcançado grandes resultados. A intuição, atualmente, tem tido grande aceitação no campo administrativo. Diante de problemas complexos, gerentes têm aderido à resolução intuitiva.

e) Promoção de mudanças - promover mudanças nas organizações e nas pessoas que atuam dentro delas provavelmente constitui um dos assuntos mais abordados nos últimos tempos. Mas as dificuldades na implementação de novas idéias, sonhos, crenças, visões e desejos geralmente não têm sido consideradas suficientemente.

Um processo de mudança organizacional implica transformações duradouras e contínuas que alterem o desempenho, os relacionamentos internos e externos, os processos, os produtos, a coordenação e a integração através dos quais os recursos são canalizados.

3.7 PALAVRAS ÚLTIMAS ACERCA DO PLANEJAMENTO

Quanto ao conceito de planejamento, de forma geral, cabe ressaltar sua importância e transformação ao longo do tempo. A importância se deve às contribuições e às facilidades proporcionadas pelo mesmo no contexto empresarial, possibilitando à organização um maior desenvolvimento, através da definição clara e objetiva e do estabelecimento de linhas de ação eficientes. A transformação dos conceitos de planejamento caracteriza-se pelo aprimoramento positivo do próprio conceito.

Embora muitos sejam os enfoques, cada qual apresentando inúmeras vantagens e desvantagens, este trabalho busca apresentar o Planejamento Estratégico através do aspecto participativo.

Embora, muitos autores não adotem a terminologia “Planejamento Estratégico Participativo”, eles argumentam, em seus discursos, a relevância da participação de todos os integrantes no processo de tomada de decisão da empresa.

O planejamento desempenha um papel de relevância para a sociedade. Mesmo levando-se em conta as críticas, não se pode deixar de avaliar sua importância, quando adequadamente aplicado.

4 SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA: A INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SEGURANÇA PÚBLICA

KUCZYNSKI (2004), ao abordar a origem do serviço de inteligência, rememora personagens bíblicos que utilizaram espiões para coletar informações, dentre eles, Moisés, Josué e até os faraós egípcios. Destacou, ainda, o não menos célebre Sun Tzu que se tornou notável por meio de sua obra A arte da guerra, cujas máximas ainda hoje são utilizadas em vários campos do conhecimento humano.

Neste ponto, é importante lembrar que Sun Tzu traçou uma doutrina de informações fundamentada no tríplice aspecto de uso das informações, ou seja, como conhecimento, como organização e como atividade.

Acerca da evolução do serviço de inteligência, KUCZYNSKI (2004) passa pela Idade Média, quando cita BELISÁRIO, o qual se utilizava largamente da informação; Tomás de Aquino, o qual determina a posição do homem de informações, que é a do realismo moderado, valorizando a razão prática, a qual se distingue do intelecto especulativo pelo fim prático ou ação que exige o conhecimento verdadeiro.

Ao adentrar na Idade Moderna, o autor acima mostra que as informações aparecem organizadas em departamentos que se tornam mais complexos à medida que evoluem as técnicas e a ciência, porque o homem passou a dispor de meios de comunicações mais eficazes, e cita o exemplo célebre de uso da informação no campo econômico, ou seja, o da Casa Bancária de Rothschild em 1815 e em 1865, quando a venda de ações deu ao governo inglês o controle absoluto da Companhia do Canal de Suez.

Essa evolução cresceu, principalmente, depois da primeira organização de um serviço profissional de informações por parte de Sir. Francis Walsingham, Chefe de Espionagem de Elizabeth I. A partir daí surgem grandes organizações, como a Cia, BIS, Mossad, KGB e outras cujas atuações se mostraram visíveis no período pós-guerra, cujo uso das informações provocaram mudanças no equilíbrio político.

4.1 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, a atividade de inteligência é também denominada de atividade de informação e tem sua regulamentação legal com o Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927, que cria o Conselho de Defesa Nacional, o qual fica encarregado de coordenar informações relativas à defesa do Brasil. O Conselho tinha como missão “coordenar a produção de conhecimentos sobre questões de ordem financeira, econômica, bélica e morais referentes à defesa da pátria” (KUCZINSKI, 2004, p. 65).

O segundo passo de relevância histórica foi dado com a criação do Serviço Federal de Informações (SFICI), por meio do Decreto-lei nº. 9.775-A, de 06 de setembro de 1946, a qual cabia superintender e coordenar as atividades de informações que interessassem à segurança nacional.

Com a instabilidade política e a conseqüente intervenção militar no processo político nacional a partir de março de 1964, extingue-se a SFICI e cria-se, por meio da Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), com as mesmas atribuições do órgão ao qual sucedeu, incrementando-se apenas a atividade de Contra-Informações.

A partir de 1971, é criada a Escola Nacional de Informações e a formulação de doutrina de caráter nacional. Com a redemocratização do país, extingue-se o SNI e cria-se, no governo de Fernando Collor de Melo, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). A Subsecretaria de Inteligência (SSI) foi criada no governo de Itamar Franco e fazia parte da SAE e, a partir de 1996, vinculou-se à Casa Militar da Presidência da República.

Com a Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira de Informações (ABIN), autarquia federal vinculada à presidência da república com a missão de planejar e executar atividades de natureza permanente, relativas ao levantamento, coleta e análise de informações estratégicas, além de realizar atividades de contra-informação, tudo com vistas à segurança do Estado e da sociedade.

Somente com a promulgação da Lei nº 9.883 de 11 de novembro de 1999, é que a ABIN é oficialmente criada, e institui-se o Sistema Brasileiro de Inteligência

(SISBIN), cujo projeto havia sido encaminhado ao Congresso Nacional desde 19 de setembro de 1997.

Na visão de ROMEU (2005), o designativo “informação” se desgastou em decorrência do período de exceção pelo qual o país passou. Daí porque, a terminologia “inteligência” vem substituindo o termo Informação em decorrência de sua abrangência conceitual mais ampla e que passa a se constituir num instrumento de apoio à formulação das políticas públicas do Estado e não apenas como órgão de levantamento de informações.

Assim sendo, a Inteligência passou a ser definida por vários teóricos, dentre os quais citamos CEPIK (2003, p. 27), que a entende como “toda informação coletada, organizada ou analisada para atender às demandas de um tomador de decisões qualquer”.

4.2 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NAS POLÍCIAS MILITARES

De acordo com a ABIN, a atividade de Inteligência Policial,

...desenvolvida pelos organismos de Inteligência, constituindo o exercício sistemático de ações especializadas orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos, tendo em vista assessorar os comandantes, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, execução e acompanhamento de suas atividades de Segurança Pública (KUCZINSKI, 2004, p. 68).

O conceito acima nos remete aos organismos de inteligência, os quais são entendidos como qualquer órgão que integre ou apóie um sistema de inteligência, praticando, por meio de profissionais, atividades de inteligência.

Ainda no âmbito da segurança pública Costa (1998, p. 8), define a atividade de inteligência como o exercício permanente de ações especializadas, orientadas, basicamente para a produção de conhecimentos necessários à decisão, ao planejamento e à execução de uma política e à salvaguarda contra ações adversas.

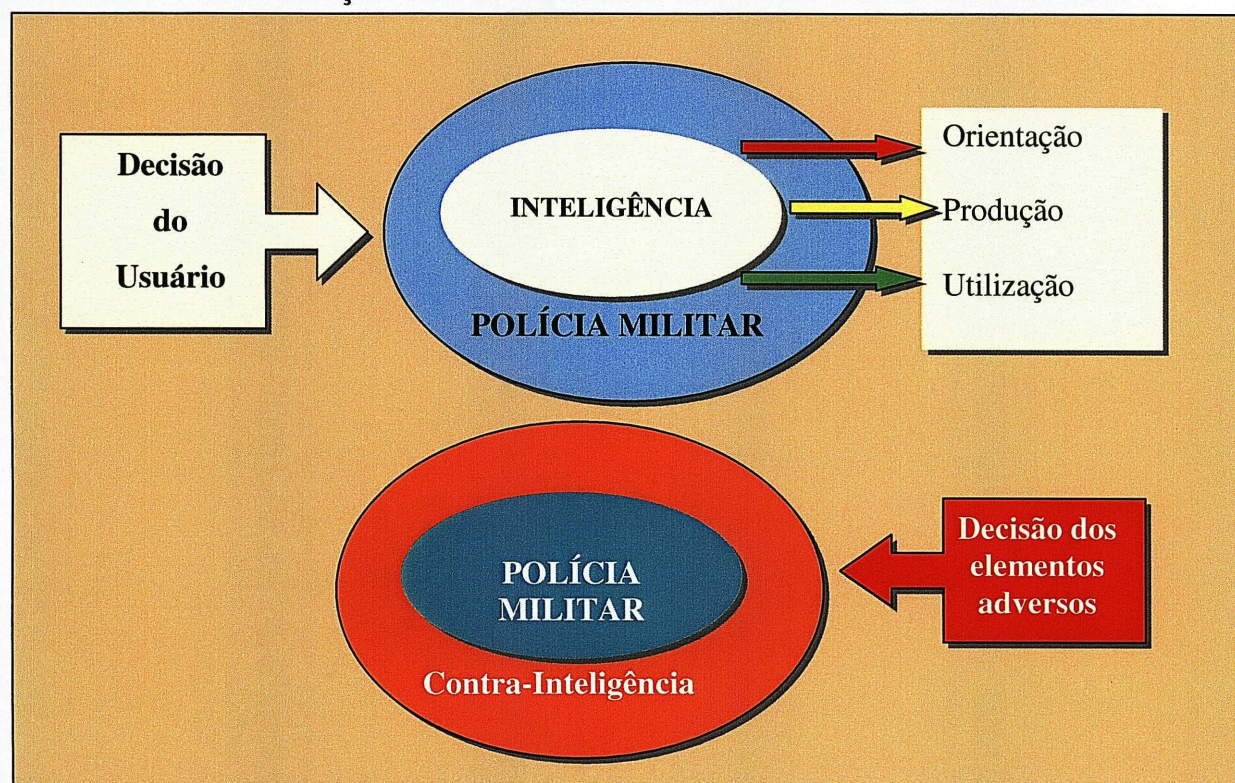
Esses conceitos permitem inferir que a atividade de inteligência é de assessoria, pois visa a fornecer subsídios para que o comandante possa decidir melhor. Tem característica permanente, pois o processo decisório é constante na função de comando. Ademais é desenvolvida com metodologia própria, visto que são ações especializadas.

ROMEU (2005) ensina que existe o chamado Ciclo de Inteligência, que se inicia com a necessidade do usuário por meio do requerimento da autoridade, segue para o planejamento, o gerenciamento dos meios técnicos de coleta, para a coleta a partir de fontes singulares, o processamento, a análise das informações obtidas, a produção de relatórios, informes e estudos. Finalmente, parte-se para a disseminação dos produtos, o consumo pelos usuários e a avaliação.

Esse ciclo se inicia em três situações. Na primeira, procura-se atender a um Plano de Inteligência em que são traçados os documentos que a organização deve produzir. A segunda se dá quando o usuário aciona a organização, e, por fim, quando a própria OI faz uma ação proativa, elaborando, por iniciativa, o conhecimento para o usuário (ROMEU, 2005).

A atividade de inteligência se desdobra em dois ramos: uma que produz conhecimento¹ e outra que produz contra-inteligência, salvaguardando o conhecimento produzido. As duas estão indissolivelmente ligadas, pois se constituem em partes de um todo. Vejamos, na figura abaixo, a diferença entre inteligência e contra inteligência.

FIGURA 1 – DIFERENÇA ENTRE INTELIGÊNCIA E CONTRA INTELIGÊNCIA



Fonte: Adaptado de KUCZYNSKI (2004, p. 72)

A salvaguarda procura garantir a inviolabilidade dos conhecimentos, a garantia do sigilo, da integridade e do uso oportuno, por meio de medidas de prevenção, obstrução, detecção e neutralização de ações adversas de qualquer natureza.

A Contra-Inteligência, como atividade de proteção do conhecimento, utiliza medidas de segurança orgânica e operações de inteligência em suas atividades como abaixo se demonstra:

a) Segurança orgânica – são medidas preventivas e obstrutivas de adversas e se desdobra em ações como a Salvaguarda Direta (segurança do pessoal, da documentação, do material e das comunicações), e a Salvaguarda Indireta (segurança de áreas) e que se traduzem no impedimento de infiltração no recrutamento e instrução ou do furto de fotografias ou de destruição de documentos etc.

b) Operações de inteligência – definida por KUCZYNSKI (2004, p. 73) como sendo

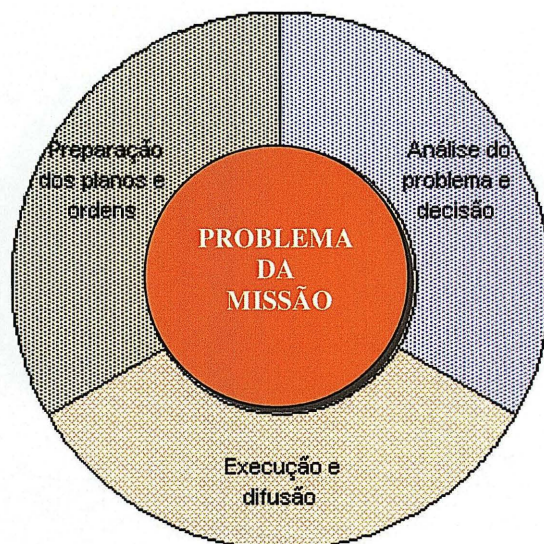
...o conjunto de ações de busca com o emprego de técnicas operacionais e meios especializados, planejada e executada com vistas à obtenção de dados negados de interesse dos trabalhos desenvolvidos pela atividade de inteligência, bem como a neutralização das tentativas adversas de busca, e o auxílio à produção e salvaguarda do conhecimento, em vista o atendimento de seus usuários.

O autor acima explica que a busca se divide em sistemática e exploratória. No primeiro caso, tem por característica ser contínua, com fluxo de dados constante. No segundo, temos a eventualidade como característica principal, e produz dados específicos sobre um determinado assunto.

A decisão é decorrência de uma seqüência de ações que o comandante deve adotar e que se resume no processo decisório, o qual é definido como “a sistematização lógica de procedimentos executados em uma organização, com a finalidade de permitir a escolha racional de uma linha-de-ação entre várias que conduza a concretização eficaz de seus objetivos” (KUCZYNSKI, 2004, p. 88)

¹ Conhecimento é a representação de um fato ou situação reais ou hipotéticos de interesse da atividade de inteligência.

FIGURA 2 – FORMAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO



A figura acima mostra as três fases do planejamento. Na primeira, tem-se a tomada de decisão, responsabilidade do comandante, que consiste em selecionar uma linha de ação que permita cumprir a missão ou atingir os objetivos traçados. Na segunda, adota-se a preparação dos planos e ordens que irão formatar a execução das ordens do comandante. A última fase é aquela destinada ao cumprimento da missão, daí por que deve ser acompanhada por todos os envolvidos (KUCZINSKI, 2004).

4.3 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A atividade de inteligência busca produzir conhecimentos, os quais podem ser dos seguintes tipos: informe, informação, apreciação e estimativa, e que se diferenciam pelo estado da mente perante a verdade, da complexidade do trabalho mental ou do fato ou situação, como se demonstra no quadro abaixo:

QUADRO 1 – TIPOS DE CONHECIMENTO

TIPO / FATOR DE DIFERENCIAÇÃO	INFORME	INFORMAÇÃO	APRECIACÃO	ESTIMATIVA
Estados da mente perante a verdade	Ignorância			
	Dúvida			
	Opinião	Sim	Sim	Sim
	Certeza	Sim		
Complexidade do trabalho mental	Idéia			
	Juízo	Sim		
	Raciocínio		Sim	Sim
Fato ou situação	Passado	Sim	Sim	
	Presente	Sim	Sim	
	Futuro			Sim

Fonte: Adaptado de KUCZYNSKI (2004, p. 94)

O conhecimento é produzido por um órgão de informação em razão de um plano de inteligência, observando-se a oportunidade com que deve ser produzido; em razão de um estímulo externo específico ou por sua própria iniciativa.

Nessa produção, deve se levar em conta uma metodologia própria que consiste de cinco fases: planejamento, reunião, análise e síntese, interpretação e formalização e difusão. Ao final dessas fases faz-se necessária a avaliação dos dados, a fim de aferir-se a credibilidade que lhe pode ser atribuída e é feita por quem primeiro recebe o dado no órgão de inteligência. Ela compreende o julgamento da fonte, do conteúdo, bem como a determinação do grau de credibilidade do dado.

No julgamento da fonte, temos o seu grau de idoneidade, o qual é considerada sob o tríplice aspecto: autenticidade, confiança e competência. No julgamento do conteúdo, considera-se o dado sob os aspectos de semelhança, coerência e compatibilidade. Após essas fases, o profissional de informações terá condição de determinar o grau de credibilidade do dado, conduzindo a transformação dele em conhecimento do tipo Informe.

Para buscar ou coletar informações, são utilizadas técnicas operacionais como a observação, a memorização, a descrição, o reconhecimento, a estória

cobertura, o disfarce, a entrada, o recrutamento, a infiltração, a fotografia, a entrevista, a comunicação sigilosa e a vigilância.

A observação é o exame minucioso das pessoas e do ambiente, por meio da máxima utilização dos sentidos. Pela memorização temos a retenção de fatos através de recursos como a atenção, o interesse e a necessidade. A descrição é o método pelo qual se descreve as observações pessoais de um fato ou as impressões relatadas por outra pessoa. Com o reconhecimento, temos a identificação do ambiente e das pessoas. A estória cobertura procura dar uma identidade para proteger uma pessoa, instalações ou organizações, visando dissimular e proteger os verdadeiros propósitos ou ações. No disfarce, visa-se a dificultar o reconhecimento de uma pessoa. A entrada é a técnica de obter dados protegidos por mecanismos fechados, sem deixar vestígios. No recrutamento se convence ou persuade uma pessoa não pertencente à organização de inteligência a trabalhar em benefício dela (KUCZYNSKI, 2004).

A vigilância é uma técnica que consiste em manter sob observação pessoas, objetos, áreas ou instalações, e se subdivide em três tipos: fixa, móvel a pé, móvel motorizada.

4.4 DOCUMENTOS DE INTELIGÊNCIA

O sistema de informação utiliza determinados tipos de documentos que lhe são próprios e peculiares, quais sejam: ordem de busca, pedido de busca, relatório de inteligência, relatório de missão, comunicado e encaminhamento, e que recebem classificação de: ultra-secreto, secreto, confidencial e reservado. Abaixo citaremos as características desses documentos.

a) ordem de busca – é utilizado pelo Chefe do órgão de inteligência para determinar a seus agentes a busca de dados no campo operacional.

b) pedido de busca – é um pedido de conhecimento de dados feito por um órgão a outro, ambos de inteligência.

c) relatório de inteligência – é usado nas ligações entre os órgãos de inteligência e procura responder a questões do tipo: o quê?, onde?, quando? quem?

d) relatório de missão – é usado pelo agente empregado no campo operacional e se destina a passar à chefia do órgão os conhecimentos adquiridos por meio da execução de uma missão.

4.5 A INTELIGÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

A preservação da ordem pública implica uma atividade constante de policiamento preventivo e, eventualmente, repressivo. A marginalidade cresce e o *modus operandi* se torna cada vez mais ousado, daí a necessidade, dentre outros fatores, do uso de informações no processo decisório voltado à segurança pública. Em outras palavras, fica a sábia lição de Sun Tzu, citado por COSTA (1998, p. 15) ao afirmar que: “Se conhecemos o inimigo e a nós mesmos, não precisamos temer o resultado de cem batalhas. Se nos conhecemos, mas não ao inimigo, para cada vitória, sofreremos uma derrota. Se não nos conhecemos e nem ao inimigo, seremos sempre derrotados”.

4.6 POLICIAMENTO VELADO

O policiamento velado é uma atividade de apoio ao policiamento ostensivo realizada por policiais-militares à paisana com vistas à preservação da ordem pública. Utiliza características, princípios e variáveis próprias e, se convenientemente empregada, não se constitui em desvio de finalidade constitucional para as atividades da Polícia Militar.

Trata-se de um esforço adicional de busca de dados cujo objetivo é a obtenção de informações operacionais que possibilitem o emprego racional e eficiente do policiamento ostensivo, fornecendo conhecimentos importantes sobre a área de atuação das frações policiais, como: marginais que nela atuem, crimes e contravenções mais comuns, dentre outras de interesse operacional.

Resta claro que a correta utilização do policiamento velado implica o uso dos seguintes princípios:

a) oportunidade: a informação só tem validade se for oportuna, daí o motivo para ser repassada, de imediato, ao comandante da OPM, para que ele melhor aproveite em sua decisão.

b) objetividade: a busca de informações deve seguir objetivos previamente determinados, a fim de que o agente possa saber exatamente que tipo de informação deve obter.

c) imparcialidade: o agente não deve imprimir opiniões pessoais em seus dados. A informação deve ser imparcial e desapaixonada.

d) segurança: a informação só deve ser repassada para quem a ela possa ter acesso.

e) amplitude: a informação deve ser a mais completa possível; deve, portanto, abranger tudo o que se relaciona com o fato ou situação que descreve.

f) controle: as ações devem ser executadas sob acompanhamento. O policial deve entender que faz parte de uma equipe e que, portanto, não age sozinho.

4.7 POLICIAL OSTENSIVO X POLICIAL VELADO

A atividade de inteligência difere da atividade de policiamento ostensivo, daí por que um bom policial pode não ser um bom agente de inteligência. Este necessita de requisitos físicos, intelectuais e morais capazes de orientá-lo ao cumprimento de sua missão especial, dentre os quais citamos: raciocínio rápido, capacidade de memorização e observação, análise e dedução aguçadas, disciplina intelectual, autodomínio, imaginação criadora, tenacidade, firmeza de atitude e honestidade.

4.8 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA À LUZ DA LEGISLAÇÃO

Neste tópico, apresentaremos a legislação que rege a matéria referente à atividade de Inteligência. Não se trata de uma coletânea, mas de uma fonte de pesquisa para que os interessados no assunto possam aprofundar pesquisas no âmbito legisferante, sem que signifique que o assunto se encontra esgotado. Outras leis, decretos e normas devem existir, contudo citamos aquelas que consideramos, no momento, mais úteis.

Iniciaremos com a Constituição Federal, que garante ao cidadão o acesso às informações, como se depreende nos incisos XIV e XXXIII, art. 5º, *in verbis*:

Art. 5º (...)

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado.

Por outro lado, a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, fornece esclarecimentos acerca do acesso e do sigilo dos documentos públicos, por meio dos arts. 22 a 25, tendo sido regulamentada pelo Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997, o qual dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e conceitua termos utilizados na atividade de inteligência, como: acesso, classificação, credencial e outras.

A Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, denominada de lei do *habeas data*, também assegura o sigilo de todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações.

ROMEY (2005), que trata do mesmo assunto, ensina que a doutrina jurídica afirma que essa norma é inconstitucional, pois não ampara os bens protegidos pelo art. 5º, inciso X da CF/88. Seguindo-se essa linha de raciocínio, somos impelidos a perceber que, com a operacionalização dessa lei, afeta-se ou põe-se em risco a própria democracia pela restrição dos direitos políticos do cidadão.

Também não podemos esquecer o esteio que amparou a doutrina dos órgãos de inteligência brasileira, pautados no combate à subversão e neutralização dos adversários políticos do Estado.

Em 27 de dezembro de 2002, é editado o Decreto nº 4.553 que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração pública federal.

Finalmente, registramos o Decreto nº 2.910, de 29 de dezembro de 1998, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas e comunicações de natureza sigilosa.

5 PERCURSO METODOLÓGICO E RESULTADO DA PESQUISA

5.1 OBJETIVO DA PESQUISA

Quanto à definição da pesquisa, AKER & DAY *apud* BASTOS, (2003, p. 31) estabelecem que ela se caracteriza por três componentes: o primeiro é o objetivo da pesquisa, o qual especifica a informação desejada pelo responsável de tomar decisões. O segundo elemento compreende o desenvolvimento das hipóteses que são, basicamente, respostas alternativas ao objetivo da pesquisa. A pesquisa, portanto, determina qual dessas respostas alternativas é correta. O terceiro componente é o alcance ou limites da pesquisa.

Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho monográfico é analisar o desenvolvimento da Atividade de Inteligência no 2º BPM e o uso das informações sensíveis na elaboração do planejamento, com vistas à redução da violência e da criminalidade na cidade de Juazeiro do Norte-CE.

Como objetivos específicos, foram traçados os seguintes:

- a) identificar a situação em que se encontra estruturada a 2ª Seção do 2º BPM em nível de pessoal e material;
- b) analisar as ações exercidas naquela Seção em relação à segurança pública;
- c) verificar se o Comandante do 2º BPM utiliza o conhecimento sensível para a elaboração do planejamento voltado à segurança pública na cidade de Juazeiro do Norte.

5.2 MÉTODO

A forma com a qual este objeto de pesquisa pode ser melhor compreendido diz respeito à relevante escolha do método, definido por LAKATOS & MARCONI (1985), como um conjunto de atividades sistematizadas e racionais que possibilitam alcançar o objeto configurado.

CASTRO *apud* BASTOS (2003, p. 29) afirma que pelo menos, *a priori*, um determinado problema admite uma multiplicidade de métodos de tratamento.

Portanto, não se pode, em geral, falar em métodos universalmente melhores ou perfeitos. Em cada caso há que se decidir que método ou combinação de métodos será adequado. Em princípio, todos têm desvantagens, uns dão menos informações, outros são de difícil aplicação, outros se prestam a interpretações espúrias, outros são sensíveis a erros e assim por diante.

YIN (1989, p.13) afirma que existem diversos modos de se realizar pesquisa social, dentre eles o estudo de caso, experimentos, levantamentos, pesquisa histórica e a análise de informação de arquivo e documentos.

Cada estratégia se caracteriza por vantagens e desvantagens peculiares, dependendo de três condições básicas: a) o tipo da questão de pesquisa; b) o controle que um investigador tem sobre os eventos comportamentais atuais; c) o foco na contemporaneidade em oposição ao fenômeno histórico. (YIN, 1989, p. 13)

Com o intuito de manter um embasamento teórico coerente com a opção epistemológica, procuramos desenvolver um estudo exploratório e analítico, através de uma abordagem qualitativa que possibilitasse a apreensão das atividades exercidas pelo serviço de inteligência do 2º BPM e sua relação com a segurança pública.

5.3 NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa é de natureza qualitativa, observando-se que a equivocada oposição entre qualitativo e quantitativo foi categoricamente rejeitada pelo pesquisador, visto que se trata de um falso dilema de dualidades entre essas técnicas, algumas vezes interpretadas como tendências opostas e até mesmo excludentes.

5.4 TIPO DE PESQUISA

a) bibliográfica - baseada na análise da literatura já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas, imprensa e até disponibilizada na Internet.

b) de campo – através do contato direto do pesquisador com o fenômeno a ser estudado e a coleta de dados no local.

c) documental – documentos conservados nos arquivos das instituições públicas, relatórios, dados estatísticos etc.

d) levantamento – por meio da coleta de dados referentes a uma população a partir de uma amostra selecionada dentro de critérios estatísticos.

5.5 QUANTO À UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa é pura e aplicada. Pura, porque tem por finalidade aumentar o conhecimento do pesquisador, e aplicada, por ter, também, a finalidade de intervir na realidade (conhecer para transformar).

5.6 QUANTO AOS OBJETIVOS

a) Descritiva – procura descrever o fenômeno, busca descobrir sua natureza, características, causas e relações com outros fatos. Procura-se classificar, explicar e interpretar fatos através de suas várias formas: bibliográfica, documental, de campo, de opinião etc.

b) Exploratória – procura aprimorar idéias, definindo objetivos e buscando maiores informações sobre o tema em questão.

Na concepção de GODOY (1995, p. 21), “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais”.

Entende-se por estudo de caso, como o “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 1988, p. 45).

O estudo de caso supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados além de livros e artigos científicos, outras informações, tais como: dissertações de mestrado, teses de doutorado, leis e artigos publicados na rede mundial de computadores – internet, com a finalidade de coletar dados que proporcionem soluções ao problema proposto

5.7 ÁREA GEOGRÁFICA DE ANÁLISE

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Juazeiro do Norte-CE, onde está sediado o 2º Batalhão de Polícia Militar.

5.8 PESQUISA DOCUMENTAL ACERCA DA ESTRUTURA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

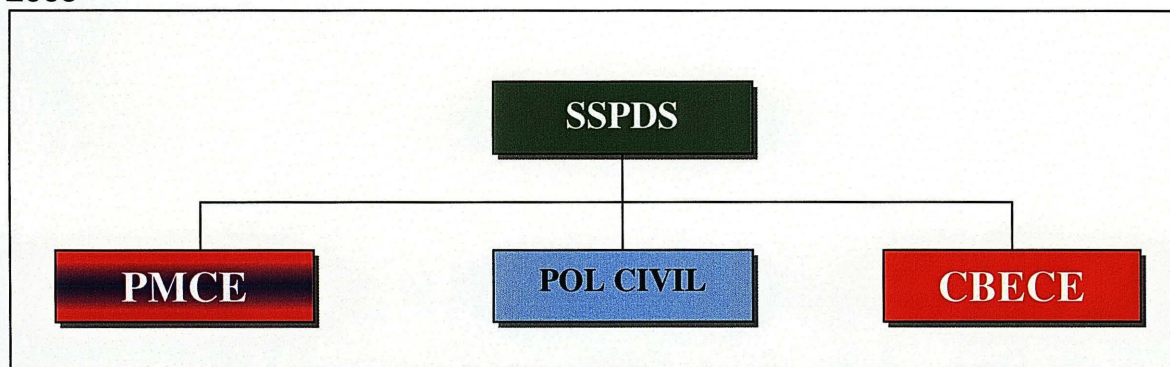
No Estado do Ceará, a segurança pública foi estruturada nos moldes previstos no art. 178 da Constituição Estadual de 1989, *in verbis*:

Art. 178 – A segurança pública e a defesa civil são cumpridas pelo Estado do Ceará para proveito geral, com responsabilidade cívica de todos na preservação da ordem coletiva, e com direito que a cada pessoa assiste de receber legítima proteção para sua incolumidade e socorro, em casos de infortúnio ou calamidade, e garantia ao patrimônio público ou privado e à tranqüilidade geral da sociedade, mediante sistema assim constituído:

- I – Polícia Civil
- II – Organizações Militares
 - a) Polícia Militar;
 - b) Corpo de Bombeiros

Dessa estrutura, interessa a este estudo, a Polícia Militar do Ceará, por ser o órgão responsável pelo policiamento ostensivo do Estado, caindo-lhe, de imediato, quaisquer políticas voltadas à preservação da ordem pública como estabelecido nas Constituições Federal e Estadual. Vejamos abaixo a figura representativa da estrutura da segurança pública do Estado do Ceará.

FIGURA 3 – ESTRUTURA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ - 2005



5.8.1 A Polícia Militar do Ceará e sua estrutura

A Polícia Militar do Ceará foi criada pela Lei Provincial nº 13, de 24 de maio de 1835, sob a denominação de Força Policial. Era Presidente da Província o Pe. Senador José Martiniano de Alencar. Teve efetivo previsto em 99 homens, contudo apenas 72 milicianos foram arrematados.

No decorrer dos tempos, a Força Policial teve seu nome modificado por várias vezes, recebendo a denominação de Polícia Militar do Ceará em 04 de janeiro de 1947, em cumprimento ao estabelecido na Constituição Federal de 1946.

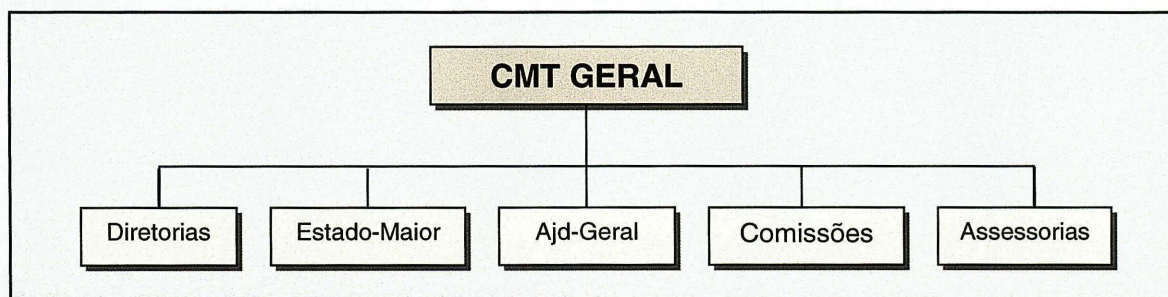
Sua organização básica encontra-se especificada na Lei Estadual nº 10.145, de 29 de novembro de 1977, publicada no DOE (Diário Oficial do Estado) de 30 de novembro daquele ano, e foi estruturada em Comando-Geral, órgãos de Direção, Apoio e de Execução.

O Comando-Geral realiza o comando e a administração da Corporação através dos órgãos de direção, apoio e execução. Os órgãos de direção incumbem-se do planejamento em geral, visando à organização da Corporação em todos os pormenores, às necessidades em pessoal e em material e ao emprego da Corporação para o cumprimento de suas missões. Tem ainda o mister de coordenar, controlar e fiscalizar os órgãos de apoio e de execução.

Os órgãos de apoio realizam a atividade-meio da Instituição, além de atenderem às necessidades de pessoal e material. Os órgãos de execução realizam a atividade-fim da PM, e são constituídos pelas Unidades Operacionais da PMCE.

O Comando-Geral é composto de: Comandante Geral; Estado-Maior (como órgão de direção geral); Diretorias (como órgãos de direção setorial); Ajudância-Geral; Comissões; e Assessorias e pode ser assim representado:

FIGURA 4 – ORGANOGRAMA DO COMANDO GERAL DA PMCE



Fonte: O autor. CAO - 2005

As Diretorias são organizadas sob a forma de sistemas para as atividades de ensino, de pessoal, de logística e de administração financeira, contabilidade e auditoria. A Diretoria de Saúde e Assistência Social passou a integrar a estrutura da PMCE através da Lei 11.035/85, a qual fixa o efetivo da PMCE.

QUADRO 2 - DIRETORIAS DA PMCE E ATRIBUIÇÕES

DIRETORIA	ATRIBUIÇÃO
Ensino	Planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais e de Praças.
Pessoal	Planejamento, execução, controle e fiscalização das atividades relacionadas a pessoal.
Finanças	Administração financeira, contabilidade, auditoria e supervisão das atividades financeiras de qualquer órgão da Corporação.
Apoio Logístico	Planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de suprimento e manutenção de material da PM, inclusive o de saúde.
Saúde e Assistência Social	Planejamento, coordenação e controle das atividades ligadas à saúde e à assistência social

Fonte: O autor. CAO - 2005

O Estado-Maior da PMCE é composto de um Chefe, um Subchefe e de seis Seções com funções distintas e harmônicas como se mostra no quadro abaixo.

QUADRO 3 – SEÇÕES DO EMG E SUAS RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO	ATRIBUIÇÃO
1ª Seção – PM/1	Pessoal e legislação
2ª Seção – PM/2	Informação e contra-informação
3ª Seção – PM/3	Ensino, instrução e operação
4ª Seção – PM/4	Assuntos Administrativos
5ª Seção – PM/5	Assuntos Civis
6ª Seção – PM/6	Planejamento administrativo e programação orçamentária

Fonte: O autor. CAO - 2005

A Chefia do EMG é função de Coronel possuidor do Curso Superior de Polícia, e sua escolha é de livre arbítrio do Cmt-Geral, podendo ser ou não oficial mais antigo que os demais. Caso seja mais moderno, terá precedência funcional e hierárquica sobre os outros.

5.8.2 Missão e Competência da PMCE

a) Em Nível Federal

A PMCE, assim como as demais congêneres, tem sua missão estabelecida na Constituição Federal/88, que assim se expressa:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I -(omissis);

II -(omissis);

III -(omissis);

IV(omissis);

V – **polícias militares** e corpos de bombeiros militares.” [Sem grifo no original]

O § 5º do citado artigo restringe a destinação da PM, esclarecendo que cabe-lhe “a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”.

Além da CF/88, temos o Decreto-Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares, dá um amplo leque de competências para as Polícias Militares, isto em seu Art. 3º, in verbis:

Art. 3º - Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

a) executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

c) atuar de forma repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

d) e e)(omissis); (Redações alteradas pelos Dec-Lei nº 1.072, de 30 DEZ 69 e nº 2.010, de 12 JAN 83)

b) Em Nível Estadual

A Constituição do Estado do Ceará, de 05 de outubro de 1989, em seu artigo 187, define e dá a missão da PMCE, através do seguinte texto:

Art. 187. A Polícia Militar do Ceará é instituição permanente, orientada com base nos princípios da legalidade, hierarquia e disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada ao Governador do Estado, tendo por missão fundamental exercer a polícia ostensiva, preservar a ordem pública e garantir os poderes constituídos no regular desempenho de suas competências, cumprindo as requisições emanadas de qualquer destes.²

Tem-se ainda a Lei nº 10.072, de 20 de dezembro de 1976 (Estatuto da Corporação), a qual diz, em seu art. 2º, que a PMCE é uma “instituição destinada à manutenção da ordem pública no Estado”.

Pela Lei 10.145, de 29 de novembro de 1977, (Lei de organização básica da PMCE) amplia-se a competência da PM, assim se expressando em seu art. 2º:

Art. 2º - Compete a Polícia Militar:

I - O executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;

II - atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;

III - atuar de forma repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

IV -(omissis);

V -(omissis);

VI - efetuar o policiamento e controle de trânsito urbano e rodoviário nas estradas estaduais e, eventualmente, mediante convênio com o DNER, em rodovias federais.

Como se percebe, o texto da LOB é idêntico ao do Dec-Lei 667/69, havendo se acrescentado, apenas, o inciso VI, que trata do policiamento de trânsito urbano e rodoviário. Hoje, o policiamento de trânsito urbano está a cargo das respectivas prefeituras do Estado, tendo, inclusive, sido extinto o BPTRan, órgão que tinha aquela incumbência na PM. Em nível de trânsito rodoviário, temos a CPRv, ainda atuante.

Posteriormente, veio a Lei nº 12.691, de 16 de maio de 1997 (republicada em 23 de setembro do mesmo ano), a qual cria a Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania e diz que a Polícia Militar do Ceará exercerá as ...

[...] funções de polícia de segurança, competindo-lhe as atividades de segurança interna do território estadual e de policiamento ostensivo fardado, destinado à proteção e defesa da cidadania, à manutenção da lei e da ordem, à preservação da criminalidade, à guarda e vigilância do patrimônio público e das vias de circulação, à garantia das instituições da sociedade civil, à defesa dos bens públicos e privados.³

² Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 30 de abril de 1997 – DOE, de 09.05.97.

³ Redação do art. 3º da Lei 12.691/97.

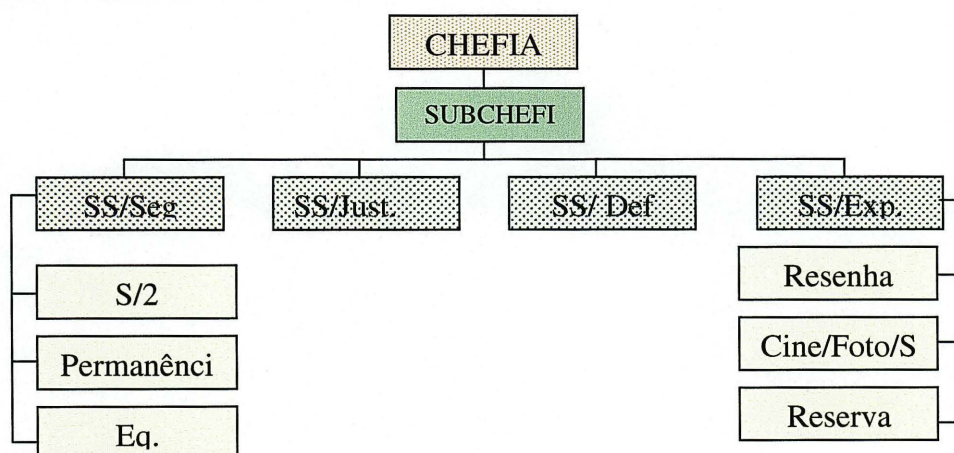
Por fim, tem-se o art. 14 da Lei estadual nº 11.809, de 22 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura da Administração Estadual, na qual se ensina que a Polícia Militar do Ceará é instituição permanente, orientada dentro dos princípios da legalidade, hierarquia e disciplina, constituindo-se força auxiliar e reserva do Exército, subordinada diretamente ao Governador do Estado, tendo por missão fundamental garantir os poderes constituídos no regular desempenho de suas competências, cumprindo as requisições emanadas de qualquer destes, para o primado da lei e da ordem.

5.9 O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA PMCE: A 2ª SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR GERAL

A 2ª Seção do Estado-Maior-Geral (2ª EMG), tem fundamentação jurídica prevista no §2º do art. 14 da Lei nº 10.145, de 29 de novembro de 1977, e, atualmente, tem o organograma constante na figura. 6.

Liga-se diretamente ao Chefe do Estado-Maior e tem por finalidade a coordenação das atividades de inteligência da Polícia Militar do Ceará, assim como a elaboração de planos e a produção de conhecimentos necessários ao assessoramento do Comando-Geral da corporação. As informações policiais militares destinam-se, como atividade-meio, a fornecer dados e conhecimentos para orientar decisões dos órgãos de Direção, Apoio e Execução, visando a atividade-fim da instituição.

FIGURA 5 – ORGANOGRAMA DA 2ª EMG – 2005



Fonte: 2ª EMG/2005

A 2ª Seção do EMG é um órgão central do Sistema de Informações Policial Militar (SIPOM) o qual é formado por todos os órgãos de inteligência da PMCE, a saber:

- Agência Central (2ª EMG)
- Agências Especiais (CPC e CPI)
- Agências e Subagências de Área (Batalhões e Companhias)
- Agências e Subagências Especializadas (CPRv, EPMont, Cias de Guarda)
- Agências de Apoio (APM e CFAP)

A Agência Central acumula as funções de órgão normativo, executivo e de assessoria. Como órgão normativo elabora e atualiza, sob a orientação do Comando Geral:

- SIPOM
- RSIPOM (Regulamento do SIPOM).
- A doutrina de informações policiais militares
- As demais normas e diretrizes atinentes às atividades de informações na Corporação, inclusive a avaliação técnica.

Como órgão executivo de inteligência cabe-lhe:

- a) de forma geral, coordenar e supervisionar as atividades de informações da Corporação, fazendo cumprir os planos e normas existentes;
- b) produzir conhecimentos necessários às decisões do Comando Geral, realizando as missões que forem compatíveis;
- c) receber, difundir e protocolar documentação sigilosa;
- d) acionar o SIPOM e órgãos colaboradores para a obtenção de dados e conhecimentos;
- e) promover e regular o intercâmbio de conhecimentos dentro do SIPOM.

Como órgão de assessoria de alto escalão tem como atividades:

- a) assessorar o Comando-Geral e o Estado-Maior da Corporação, mantendo-os constantemente informados sobre os fatos relevantes e a evolução da conjuntura estadual, e especialmente nacional, naquilo que diz respeito à Polícia Militar.
- b) propor as linhas básicas da política de informações para a PMCE, adaptada à realidade vigente.

De uma forma geral, a 2ª Seção do EMG executa as seguintes missões, de acordo com suas subseções:

a) Contra-Inteligência (CI) – entre outras, adotar medidas que visem a proteção do conhecimento, do pessoal e das instalações físicas.

b) Subseção de Segurança Pública – realiza o acompanhamento das principais organizações criminosas, responsáveis por roubos a bancos, a carros fortes, estelionato (em especial aos clonadores de cartões de crédito e bancário), homicidas, tráfico de drogas pistolagem. Procura ainda, dar cumprimento aos mandados de prisões.

c) Subseção de Defesa Interna – visa manter a ordem social, acompanhando os diversos movimentos sociais.

d) Subseção de Justiça e Disciplina – tem como missão a atualização do sistema de informações da PM no que concerne aos policiais-militares que foram excluídos, responderam a procedimento administrativo, bem como o acompanhamento do público interno no que tange a sua conduta moral e social.

e) Subseção de Expediente e Arquivo – é o setor responsável pela análise das informações recebidas, bem como o cruzamento destas para a confecção de Relatórios de Inteligência ao escalão superior. Também cuida da confecção das escalas de serviços, ofícios, recebimento e distribuição das missões aos chefes das subseções.

Em termos de efetivo, nota-se que há uma diferença entre o previsto e o existente, e que embora este seja maior do que aquele, ainda há defasagem nos recursos humanos, como se pode ver no quadro abaixo:

QUADRO 4 - EFETIVO DA 2ª SEÇÃO DO EMG - 2005

POSTO/GRAD		EFETIVO		
		PREVISTO	EXISTENTE	PROPOSTO
OFICIAIS	Tenente-Coronel	01	01	01
	Major	01	01	01
	Capitão	01	01	04
	1º Tenente	-	04	10
	2º Tenene	05	-	-
	Subtotal	08	07	16

PRAÇAS	Subtenente	-	02	15
	1º Sargento	01	05	
	2º Sargento	02	-	
	3º Sargento	03	-	
	Cabo	03	04	20
	Soldado	03	25	
	Subtotal	12	36	
TOTAL		18	43	51

Fonte: 2ª Seção do EMG/PMCE. 2005

Do quadro acima, conclui-se que o Quadro de Distribuição do Efetivo deve ser reestruturado urgentemente, a fim de se adequar as atuais necessidades da Seção. Nota-se, ainda, que a Chefia da Seção está procurando um quadro de efetivo mais especializado que distribuído em postos e graduações, pois preferiu unir os praças em duas categorias: a) Subtenentes e Sargentos; b) Cabos e Soldados. Destaca-se que a Lei nº 13.035, de 30 de junho de 2003, extinguiu postos e graduações na Polícia Militar do Ceará, quais sejam: 2º Tenente, 3º e 2º Sargentos.

Em relação aos recursos materiais, possui veículos, fuzis 5.62mm, submetralhadoras, escopetas cal. 12mm, pistolas ponto 40, revólveres cal. 38mm, coletes à prova de balas, hand-talk (HT), filmadoras, máquinas fotográficas, gravadores e outros equipamentos.

As necessidades em recursos materiais para a sede da 2ª Seção do EMG, segundo sua Chefia, constam do incremento de baterias para HT, capacetes para motociclistas, capas de chuva, coletes à prova de bala, lanternas grandes, aparelhos anti-grampos, binóculos 20 x 50, gravador, máquinas fotográficas, mini-câmeras, scanner para celular, lâmpada ultravioleta para identificação de cédulas falsas, telefones com bina, televisor 29", gravadora de CD-Rom, mesa para microcomputador, microcomputadores, impressoras, veículos, bicicletas e motociclistas. Também foi citada a necessidade do aumento de verbas para manutenção da Seção.

De acordo com uma entrevista realizada por alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, realizada em junho de 2005, com o Chefe da 2ª Seção do EMG, o serviço de

inteligência vem cumprindo os anseios institucionais e se liga ao CIISP (Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública), pertencente à estrutura da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania, e liga-se a outros órgãos de inteligência em níveis estadual e federal, como: DIP/Pol Civil (Departamento de Polícia Civil), Departamento de Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), Banco Central, Ministério Público e outros órgãos colaboradores.

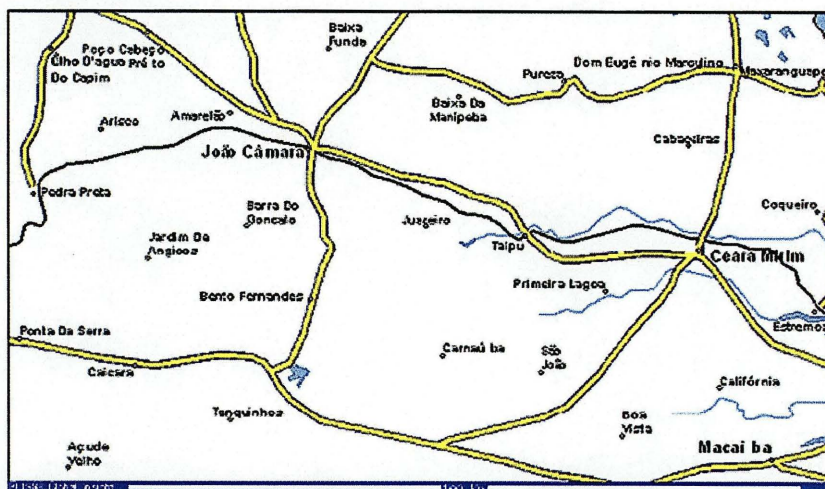
O ingresso na 2ª Seção do EMG é feito por meio de verificação da vida pregressa do oficial ou praça. Aquela Chefia afirma que deveria haver uma mudança cultural com vistas à real finalidade da atividade de inteligência, a qual deveria seguir a doutrina e legislação pertinente. Lembrou da necessidade de aperfeiçoamento constante do profissional de inteligência.

5.10 O CENÁRIO DO ESTUDO

A 600 Km de Fortaleza fica Juazeiro do Norte, cidade do Padre Cícero Romão (o padim Ciço) plantada em pleno Cariri.

Juazeiro do Norte é a segunda maior cidade do Ceará, só perdendo para Fortaleza. Em 1872 era apenas um arraial com algumas poucas casas de tijolo e uma rústica capela. No dia 11 de abril daquele ano, cavalgando num jumento, como um nazareno sertanejo, o Padre Cícero Romão Batista entrou em Juazeiro e, deste dia em diante, nem Juazeiro e nem o seminarista seriam o mesmo.

FIGURA 6 – MAPA DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE COM SEUS BAIRROS



Fonte: Nakura (2003)

Segundo dados da prefeitura local - que admite não ter um controle absoluto sobre o número de pessoas que visitam a cidade anualmente- em um ano, aproximadamente dois milhões de romeiros visitaram o túmulo de padre Cícero.

Juazeiro vive à sombra do romeiro. Suas indústrias, prédios modernos, progresso e até um estádio de futebol (o Romeirão) estão intrinsecamente ligados à presença do romeiro.

O artesanato é uma das maiores atividades de Juazeiro. Fazem-se imagens do padre em diversos tamanhos, desde miniaturas até o tamanho natural.

A cidade é o retrato da fé. Por todos os lados, em cada igreja, em cada praça, em cada monumento e em cada rosto e expressão, a imagem de Padre Cícero permanece viva. Idolatrado em todo o nordeste, o padre milagreiro é reverenciado a cada dia com uma nova romaria. Desenhado nas rugas humildes deste povo devoto, o fanatismo pelo santo construiu Juazeiro, que hoje vive do turismo religioso. Aterrizada no interior do Ceará, virou manjedoura de missas, procissões, rezas, peregrinações e festas folclóricas em homenagem ao eterno "Padim Ciço", como os seguidores o chamam.

A história de Padre Cícero confunde-se com a própria história de Juazeiro do Norte, a qual ainda hoje sobrevive do seu nome. Trigo (2005), ao falar sobre o pároco ensina que tudo começou em 24 de março de 1844, em Crato, no Ceará, onde nasceu Cícero Romão Batista. Desde cedo, a vocação religiosa era notável e

se intensificou com a leitura da biografia de São Francisco Sales. Em 1870, Cícero virou padre. Em 1872, ele teve um sonho com Jesus Cristo e os doze Apóstolos. Segundo ele, Cristo pediu-lhe para que tomasse conta dos pobres sertanejos do povoado de Juazeiro, a 10 km de Crato.

Aos 28 anos, Cícero partiu para o então povoado e o transformou em cidade. Logo, Padre Cícero já dava sinais divinos. Seu primeiro milagre ocorreu na comunhão de uma beata. Ao comungar, a hóstia se transformou em sangue. A notícia correu o mundo. Padre Cícero continuou fazendo milagres e curando doentes na frente de padres, fiéis e médicos. Em 1889, o monsenhor Francisco Monteiro, reitor do seminário de Crato, assumiu publicamente Cícero como milagreiro e organizou uma romaria com três mil pessoas até Juazeiro.

A igreja católica contestou e o caso foi parar no Vaticano. Lá, a Congregação do Santo Ofício quis excomungá-lo, mas desistiu com medo da reação popular. Mesmo assim, Cícero ficou impedido de rezar missas e foi acusado de propagar o fanatismo. Decepcionado, o milagreiro virou político e assumiu o posto de Prefeito de Juazeiro do Norte, conseguindo a autonomia da cidade e a rejeição da igreja. A população da cidade cresceu. Pessoas de várias regiões fixaram residência em Juazeiro para estarem mais próximas do padre. Em 1934, morreu o santo, aos 90 anos. A partir daí, Juazeiro que foi criada por ele, passou a viver para ele, em uma eterna reverência de devoção e fé.

Como a cidade respira a imagem do mito, as atrações e pontos turísticos de Juazeiro são homenagens ao santo. A estátua do Padre Cícero, Construída em 1969 pelo artista plástico Armando Lacerda está localizada na Serra do Horto e é a terceira maior obra de concreto do mundo, com 27 m de altura, só ficando atrás da Estátua da Liberdade, em New York e do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.

Quem faz este roteiro da fé se impressiona com a quantidade de devotos e penitentes que invadem a cidade a cada festa religiosa. Eles estão sempre em busca dos milagres do santo que fundou Juazeiro. Nestes dias festivos, a população de 250 mil pessoas ultrapassa os 2 milhões, que vêm de todos os lugares do Brasil, principalmente do nordeste.



FIGURA 7 – Estátua de Pe. Cícero

5.11 RESULTADO DAS ENTREVISTAS SOBRE O SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DO 2º BPM E SUAS ATIVIDADES

A entrevista foi realizada com os integrantes da 2ª Seção do 2º BPM, cujas identidades não são reveladas em decorrência da ética que rege a produção de trabalhos científicos. Ademais, a fonte precisa ser protegida, senão temeria represálias e, certamente, não revelaria situações imperceptíveis, salvo por quem vivencia o cotidiano da função.

A atividade de Inteligência do 2º BPM é exercida por dois oficiais e cinco praças, na qual um dos oficiais é o analista e o outro é o P/2 do BPM. O equipamento da Seção consta de equipamentos básicos para o exercício da atividade, como: máquina fotográfica, gravador, equipamento de escuta telefônica, computador, impressora e os móveis de escritórios comuns.

Sua atividade se desenvolve seguindo a doutrina do CIISP e da 2ª Seção do Estado-Maior Geral, dividindo-se em duas, uma de produção do conhecimento e outra de contra-inteligência, exercidas por meio de ações sistemáticas e orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos, cujo objetivo maior é assessorar o comandante do 2º BPM para que ele possa melhor planejar, executar e acompanhar as atividades de segurança pública na cidade de Juazeiro do Norte.

O ciclo de inteligência é desencadeado pelo Comandante da OPM, por iniciativa da Seção ou seguindo um plano pré-estabelecido tendo em vista as efemérides da cidade. Após o início do ciclo, o P/2 passa a planejar a ação, gerenciando os meios de coleta nas fontes, findo o qual o conhecimento é processado e analisado para a posterior confecção de relatórios, informes e estudos. Após essa operação o produto é disseminado para a autoridade solicitante.

A garantia da inviolabilidade do conhecimento, a garantia do sigilo, da integridade e do uso oportuno são realizadas naquela Seção por meio de medidas de prevenção, obstrução, detecção e neutralização de ações adversas de qualquer natureza, já que utiliza medidas de segurança orgânica e operações de inteligência.

O conhecimento produzido é transformado em: informe, informação, apreciação e estimativa e que se diferenciam pelo estado da mente perante a verdade, da complexidade do trabalho mental ou do fato ou situação, documentos já explicados na parte teórica desta monografia.

Para buscar ou coletar informações, são utilizadas todas as técnicas operacionais permitidas pelo SIPOM, tais como: a observação, a memorização, a descrição, o reconhecimento, a estória cobertura, o disfarce, a entrada, o recrutamento, a infiltração, a fotografia, a entrevista, a comunicação sigilosa e a vigilância.

Os documentos utilizados são os peculiares aos demais órgãos de informações, quais sejam: ordem de busca, pedido de busca, relatório de inteligência, relatório de missão, comunicado e encaminhamento.

Em eventos é utilizado o policiamento velado (PM à paisana) como esforço adicional de busca de dados cujo objetivo é a obtenção de informações operacionais, fornecendo conhecimentos importantes sobre a área de atuação das frações policiais. Em última análise trabalha em apoio ao policiamento ostensivo realizado por policiais-militares à paisana com vistas à preservação da ordem pública.

Nesse tipo de policiamento, é utilizado o uso dos seguintes princípios: oportunidade, objetividade, imparcialidade, segurança, amplitude e controle.

Finalmente, detectou-se, na pesquisa, que as carências do P/2 do 2º BPM são idênticas às existentes na 2ª Seção do EMG/PMCE, e que, se repita, resumem-se em problemas relativos aos recursos humanos, aos recursos humanos e aos recursos financeiros, acarretando em óbices para o exercício pleno de tão nobre atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade de inteligência não é nova na história da humanidade, uma vez que já se encontram seus registros, inclusive, nos livros bíblicos que compõem o Antigo Testamento, assim como em documentos históricos de outras nações.

O célebre Sun Tzu ficou famoso por seu livro A arte da guerra, em que dá ensinamentos acerca do uso das informações e de espões. Aliás, foi no período pós-guerra que essa atividade mais cresceu.

No Brasil, a atividade de inteligência recebe ainda o nome de atividade de informações cujo termo foi deturpado em virtude das características adquiridas no período de ferro, quando a missão principal era a segurança nacional e a visão de caça aos comunistas e a prisão de políticos. Quem não fosse pelo regime, seria considerado subversivo.

O serviço de inteligência, hoje, ganhou nova roupagem nas polícias militares brasileiras e passou a ser utilizada em prol do povo por meio de ações que visam à segurança e à ordem pública, com o objetivo maior de reduzir a criminalidade e a violência, oferecendo aos gestores uma oportunidade de planejarem suas ações com o conhecimento necessário à redução dos riscos, aumentando a probabilidade de sucesso.

Na Polícia Militar do Ceará, a 2ª Seção se insere no Estado-Maior-Geral da instituição, sendo, portanto, um órgão de assessoria do comandante, o qual está ligado ao CIISP da Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania. Na corporação a 2ª Seção do EMG é a cabeça do SIPOM.

A cidade de Juazeiro do Norte, mundialmente conhecida por causa do Pe. Cícero, tornou-se cidade de romaria o ano inteiro, o que faz com que sua população flutuante gire em torno de 2.000.000 (dois milhões) de habitantes ao mês, trazendo com isso não apenas romeiros, pessoas fervorosas, mas atrai aqueles que querem se aproveitar dos bens alheios e que desejam praticar toda sorte de ilícitos.

É nesse ambiente que se instala o 2º Batalhão de Polícia Militar com a missão de preservar a segurança pública daquele município e de outros circunvizinhos. No desempenho de sua missão, conta com o policiamento ostensivo e com o policiamento velado. Este último sob a denominação de P/2 do BPM.

O P/2 do 2º BPM exerce suas atividades, apoiando o planejamento e as decisões do comandante da OPM, apesar dos poucos recursos humanos, financeiros e materiais que lhe são postos à disposição.

O uso do conhecimento produzido é efetivado pelo comandante da OPM, estando fora da alçada do P/2 interferir de forma direta, até porque sua atividade é de assessoria, daí porque sua implicação na redução da violência e da criminalidade só se concretizar com a ação do comandante.

Conclui-se que a 2ª Seção do 2º BPM trabalha seguindo a doutrina do SIPOM, produzindo os conhecimentos afetos a qualquer outra seção de inteligência, possuindo estrutura compatível ao seu mister, contudo necessário se faz que se melhorem suas condições de funcionamento por meio do incremento de recursos humanos, materiais e financeiros.

REFERÊNCIAS

ANSOFF, H. Igor, DECLERK, Roger P., HAYES, Robert L. (Org.) **Do planejamento estratégico à administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1987.

Braudel Papers – Documento do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, n. 22, São Paulo, 1999

CANDAU, Vera Maria; LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças. **Escola e violência**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CEPIK, Marco Aurélio. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

COSTA, Marcílio Faria. **A atividade de inteligência como elemento indispensável à execução de medidas de segurança pública**. Rio de Janeiro. Escola Superior de Guerra, 1998. Dissertação apresentada no Curso de Altos Estudos Estratégicos. Exército Brasileiro.

DIAS, Jair José. Cel, apud BARACHO, Sóter do Espírito Santo. **Perspectivas da instrução Policial Militar**. In O Alferes, Belo Horizonte, v. II, nº 37, p.71-83, abr/jun. 1993.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Planejamento Estratégico**. 2000. Disponível em: <<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Planejamento%20Estratgico.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2005.

GOULART, Audemaro Taranto. **Polícia e racionalidade do Estado**. O Alferes, Belo Horizonte. jul/set. 1997.

HOLANDA, João Xavier. **Polícia Militar do Ceará: origem, memória e projeção**. Vol. II. Fortaleza. 1995.

IBIAPINA, Júlio de Matos. **O Brasil de ontem e o de hoje**. Fortaleza: UFC, 1981.

KUCZYNSKI, William. **Inteligência policial no planejamento tático operacional da atividade-fim da PMPR**. 134 p. Monografia no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Universidade Federal do Paraná. 2004.

MORTEAN, Oliveira. **As Informações Necessárias para o Policiamento Militar: Uma Visão Operacional**. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) Academia Policia Militar do Guatupê. Paraná, 1994

MÓDULO, Amilton Jair. **Ações de polícia comunitária no trabalho sócio-educativo da criança e do adolescente**. 208 f. Monografia (Curso Superior de Polícia). Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar de São Paulo, 2000.

NAKAMURA, Yoko. Os místicos caminhos de Juazeiro do Norte. **Revista do Turismo**, 2003. Disponível em: <http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/passeios/juazeiro.htm>. Acesso em 25. out. 2005.

OLIVEIRA, D.P.R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PEREIRA, Rinaldo de Albuquerque. **Segurança e governabilidade: legalidade e legitimidade do uso da força pelos organismos policiais**. 97f. Monografia (Curso Superior de Polícia). Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar de São Paulo, 2000..

PESSOA, Jaime de Paula; OLIVEIRA, Antonio Aginaldo de; MOURA, Ernane de Castro. **Criação do BOPE: Batalhão de Operações Especiais na PMCE**. Monografia no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da APMGEF/PMCE. Fortaleza, 2000.

PRESTES, Eroídes Garcia. **Análise do Sistema de Informações PM, tendo em vista a Conjuntura Atual**. Monografia no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.

ROMEU, Fábio de Sá. **Controle da atividade de inteligência no Estado do Rio de Janeiro: conciliando o exercício da cidadania com a salvaguarda de assuntos sensíveis à segurança pública**. 89 p. Monografia. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó da Polícia Militar do Ceará. Fortaleza, 2005

SILVA, Jorge da. Segurança pública no Brasil. **Revista O Alferes**. Belo Horizonte. jul/set. 1994.

SILVA, Geovani Pinheiro da. **O menor infrator no instituto São Miguel: problema social com solução humana**. Monografia no Curso de Direito da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza, 2004.

SUN TZU . **A arte de Guerra: os documentos perdidos**. São Paulo: Record, 1996.

TONI, Jacson. Planos x planejamento. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 32. jan/2004.

TRIGO, Mariana. **Juazeiro do Norte, um templo de devoção**. Disponível em: <<http://feriasbrasil.terra.com.br/scripts/cidade.cfm?Cidade=Juazeiro%20do%20Norte>>. Acesso em: 25 out. 2005.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927. Cria o Conselho de Defesa Nacional. **DOU**, [sd], 1927.

_____. Decreto-lei nº 9.775-A, de 06 de setembro de 1946. Cria o Serviço Federal de Informações. **DOU**, [sd], 1946.

_____. Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações (SNI). **DOU**, [sd], 1964.

_____. Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Assegura o sigilo de todo registro ou banco de dados contendo informações que sejam de uso privativo do órgão ou entidade produtora ou depositária das informações. **DOU**, [sd], 1997.

_____. Decreto nº 2.910, de 29 de dezembro de 1998. Estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas e comunicações de natureza sigilosa. **DOU**, [sd], 1998.

_____. Lei nº 9.883 de 11 de novembro de 1999. Cria a Associação Brasileira de Informações - ABIN e institui-se o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). **DOU**, [sd], 1999. **DOU**, [sd], 1999.

_____. Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da administração pública federal. **DOU**, [sd], 2002.

CEARÁ. Lei nº 10.072, de 20 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Estatuto da Polícia Militar do Ceará. **DOE**, [sd], 1976.

_____. Lei nº 10.145, de 29 de novembro de 1977. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Ceará. **DOE**, [sd], 1977.

_____. Lei nº 11.035, de 20 de outubro de 1985. Fixa o efetivo da Polícia Militar do Ceará. **DOE**, [sd], 1985.

_____. Lei nº 11.809, de 22 de maio de 1991. Dispõe sobre a estrutura da Administração Estadual. **DOE**, [sd], 1991.